

# ***UNIVERSIDADE DE ÉVORA***

Mestrado em Economia Monetária e Financeira

Relatório Profissional

## **Análise económico-financeira no sector segurador (não vida) a importância do registo e do reporte**

Ana Isabel Caeiro Vargas

9303

Orientador: Carlos Manuel Rodrigues Vieira

Novembro 2012

## RESUMO

Este relatório de experiência profissional pretende, em termos globais, mostrar a ligação da minha atividade profissional ao longo de 22 anos com as competências conferidas pelo mestrado em economia monetária e financeira. A passagem por várias áreas do setor segurador foi essencial para perceber o funcionamento de uma empresa do setor financeiro assim como o papel que as seguradoras têm na vida das pessoas e na economia de um país. Foi este duplo desempenho que tentei transcrever para o presente relatório direcionando-o para o papel que o registo e o reporte exercem hoje em dia sobre os agentes económicos que analisam, avaliam e decidem com base na qualidade de informação que têm à sua disposição.

O relatório analisa em concreto a atividade seguradora em Portugal. O Instituto de Seguros de Portugal é o organismo do Estado que controla e supervisiona a atividade seguradora e a quem compete conceder autorização para o exercício da atividade tanto às seguradoras nacionais como às estrangeiras que pretendem laborar no mercado nacional, mas também a outros intervenientes no processo como são os mediadores e corretores. Todos os processos de registo e de reporte são também supervisionados por este organismo.

No geral as pessoas veem as seguradoras como entidades que assumem riscos por elas em troca de um preço, o prémio dos contratos de seguros, que são as apólices. A minha experiência profissional neste setor permite-me ter uma perspetiva mais globalizante desta atividade; ela é efetivamente importante do ponto de vista social, mas o seu papel mais importante é o económico e financeiro. As seguradoras são investidores importantes que estão presentes e influenciam o mercado de capitais ao adquirirem títulos de dívida e outros instrumentos financeiros para salvaguardarem o seu negócio, financiando, desta forma, outros setores de atividade e os próprios Estados. As flutuações económicas e financeiras, as políticas fiscais levadas a cabo pelos Estados e as políticas monetárias de organismos como o BCE, influenciam o negócio das companhias e podem comprometer esta função de investidor/financiador. Em boa verdade, a crise da dívida soberana na zona euro e as políticas orçamentais patentes nos orçamentos do Estado português dos dois últimos anos têm contribuído para a diminuição dos resultados das seguradoras devido à diminuição das rentabilidades dos seus investimentos.

Neste relatório é analisada a envolvente macroeconómica da atividade seguradora, os efeitos da atual crise financeira sobre os resultados das seguradoras, não só no negócio que chega às seguradoras mas também no negócio destas para com os outros agentes, e relatam-se os aspetos contabilísticos desta atividade devido à sua especificidade e simultaneamente por se querer demonstrar que essa especificidade é portadora de verdade e de clareza.

## **Economic and Financial Analysis in the (non-life) Insurance sector - Importance of Recording and Reporting**

### **ABSTRACT**

This report of professional experience aims at presenting, in global terms, the connections between my professional activity over 22 years with the competences conferred by the master in monetary and financial economics. The passage through several areas of the insurance industry was essential to understand the functioning of a financial institution as well as the role that insurers have in people's lives and in the economy of a country. It was this double performance that I tried to transcribe into this report directing it to the role that the recording and reporting perform today on all economic actors that analyze, evaluate and decide based on the quality of information they have at their disposal.

The report examines specifically the insurance business in Portugal. The *Instituto de Seguros de Portugal* is the government agency that controls and oversees the insurance activity and who should grant authorization to pursue the activity to both the domestic and foreign insurers wishing to be established in the domestic market, but also to other stakeholders in the process, as are the mediators and brokers. All processes for recording and reporting are also supervised by this institution.

In general, individuals consider the insurance companies as entities who assume risks for themselves in exchange for a price, the premium of insurance contracts, which are insurance policies. My professional experience in this sector allows me to have a more global perspective of this activity, it is actually important from a social point of view, but its most important role is the economic and financial. Insurers are major institutional investors who are present and influence the capital markets by acquiring debt securities and other financial instruments to safeguard their business, financing, thus, other economic sectors, and even the public sector. Economic and financial fluctuations, fiscal policies undertaken by the countries and monetary policies of institutions as the ECB, influence the ordinary business of insurance companies and may affect this function of investor/lender to the economy. In truth, the sovereign debt crisis in the eurozone and the fiscal policies displayed by in the Portuguese public budgets over the last two years have contributed to the decline of the financial results of the insurance companies, due to lower returns on their investments.

This report analyzes the macroeconomic background of the insurance activity, the effects of the current financial crisis on the financial results of the insurance companies, not only on the business that comes to the insurers but also on the business with other agents, and reports the accounting aspects of this activity, due to its specificity and simultaneously trying to demonstrate that this specificity is the bearer of truth and clarity.

## **AGRADECIMENTOS**

A vida é feita de momentos, de encontros e desencontros, de alegrias e tristezas, de experiências e aprendizagens, de companheirismo, de trabalho e de lazer...

Durante estes 22 anos de experiência profissional tentei estender com alegria aqueles momentos, esquecer os desencontros e as tristezas e valorizar a aprendizagem e o conhecimento. Todos aqueles que tiveram ao meu lado contribuíram, de algum modo, para isso; aqui fica o meu agradecimento.

Não posso deixar de reconhecer a importância que a Via Directa tem tido neste percurso profissional; o dinamismo da empresa juntamente com a oportunidade de progressão e valorização profissional e pessoal tem uma grande importância para mim; é por isso que continua a ser um prazer fazer parte desta equipa.

Este trabalho aproximou-me de amigos de outros tempos, que foi importante rever; a estes e a todos os outros que continuam comigo, mais perto ou à distância, aqui fica a minha amizade.

Ao Carlos Vieira deixo um agradecimento especial pelos seus conselhos, sugestões e críticas que em muito contribuíram para o enriquecimento deste trabalho.

A minha vida não seria a mesma sem o apoio incondicional da minha família, por isso aqui fica o meu amor; ao Zé Luis e ao Miguel.

## INDICE

1. INTRODUÇÃO .....	7
2. O SETOR SEGURADOR NO SISTEMA FINANCEIRO .....	12
2.1. Enquadramento legal .....	12
2.2. Enquadramento macro económico .....	12
2.2.1. Enquadramento económico mundial .....	12
2.2.2. Economia portuguesa .....	14
2.2.2.1. O setor segurador – produção dos ramos vida e não vida .....	17
3. CONTABILIDADE DE SEGUROS .....	20
3.1. Operações correntes do exercício .....	20
3.1.1. O seguro direto .....	20
3.1.2. A divisão e dispersão do risco das seguradoras .....	25
3.2. Operações de fim de exercício ou de balanço .....	28
3.2.1. Provisões técnicas .....	29
3.2.2. Outras operações do exercício .....	34
3.3. A margem de solvência e o fundo de garantia .....	38
3.3.1. Solvência II .....	40
3.4. Papel das seguradoras no ciclo económico – transformação do prémio em investimento .....	42
3.4.1. Investimentos das seguradoras .....	44
4. REPORTE .....	48
4.1. Reporte fiscal .....	50
CONCLUSÃO .....	53
REFERÊNCIAS .....	55
CURRICULUM VITAE .....	57
ANEXOS .....	65

*“Um empresário inteligente e moderno nunca dispensará o conselho de um profissional da contabilidade e da fiscalidade.”*

Domingos Azevedo  
Bastonário da Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas

## 1. INTRODUÇÃO

Este trabalho pretende fazer a ponte entre a vida académica onde se estudam determinadas teorias e conceitos e a vida real e profissional onde os conceitos teóricos nem sempre são postos em prática e a dúvida impera.

Volvidos vinte anos de atividade profissional conclui-se que há conceitos imortais, matérias que valeu a pena estudar e modos de trabalhar que singraram em consequência do percurso académico vivido.

Em 1985 iniciei a licenciatura de Economia na Universidade de Évora que concluí com média de treze valores, após a realização de um estágio profissional de seis meses na Companhia de Seguros Mundial-Confiança, SA, em Évora, que culminou com a realização de um relatório e também tese de fim de curso sobre o tema: *O Seguro de Colheitas – Análise e Desenvolvimento*.

A Companhia de Seguros Mundial-Confiança, SA, hoje Fidelidade - Companhia de Seguros, SA encetou, em 1990, um recrutamento que originou a contratação de cerca de sessenta jovens licenciados para os seus serviços centrais em Évora, Lisboa e Porto. O programa que em Évora contava com o apoio da Universidade de Évora, visava uma formação na sede da empresa em Lisboa, a integração na equipa de trabalho em Évora, numa secção da empresa, e a realização de um relatório de estágio com base nos conhecimentos adquiridos durante o estágio.

Durante as primeiras semanas em Lisboa recebemos formação de todas as áreas da empresa, dada pelos profissionais de cada área, e ficámos a conhecer, ainda que superficialmente, a dinâmica de uma empresa do sector financeiro e logo aí a fazer analogias com as matérias recentemente estudadas. De regresso a Évora foi-nos dada a oportunidade de integração numa área da empresa e de simultaneamente realizarmos um relatório sobre essa área.

Já nessa altura achei interessante trabalhar numa área de *back office* e optei pela área dos sinistros e não pela área comercial ou de *front office* nem sequer pela área financeira ou de registo. Na altura atraiu-me o termo sinistro e trabalhando numa área onde o seguro se materializa apercebemo-nos do papel que os seguros têm para aqueles que os adquirem, ao transferirem os custos da perda para outra entidade e conseguirem desse modo recuperar a sua actividade e continuar a trabalhar ou a manter durante a recuperação um rendimento disponível equiparado ao que tinham à data do sinistro. No entanto, a experiência na actividade seguradora, através da integração numa área de análise e controle de indicadores diz-nos que a eficácia do seguro é tanto maior quanto maior é a adequação do que se segura aos riscos que se correm. Isto é, se o seguro não for bem feito corre-se o risco de anulação ou de desconforto na data do sinistro. Uma boa venda é essencial para a boa regularização do sinistro, não só em termos de valor a indemnizar mas também de credibilidade das seguradoras no mercado cada

vez mais competitivo. É muito importante que as pessoas que compram os seguros conheçam as seguradoras, os produtos que vendem e acreditem que aquelas vão honrar os seus compromissos na hora da perda ou no final dos contratos.

Os aspectos atrás enunciados são tão importantes para particulares quanto para empresas, tão importantes quando se compram seguros de vida ou quando se seguram bens e responsabilidades. Já no quadro de trabalhadores efectivos da empresa e no âmbito da privatização da mesma, aceitei um desafio e fui trabalhar para Lisboa, desta vez com tarefas mais ligadas à área comercial empresarial. O meu trabalho consistia em apresentar propostas dos vários ramos aos compradores, o que possibilitou um enriquecimento ao nível técnico dos vários ramos de seguros, isto é, aquilo que os diferentes riscos seguros cobrem, quais as exclusões e em que condições, etc. Ao mesmo tempo familiarizei-me também com os preços, isto é, as taxas aplicadas a cada cobertura, as sobretaxas em caso de riscos acrescidos e também com o sistema de bónus/malus, descontos comerciais, ao mesmo tempo que era necessário estudar a rentabilidade/sinistralidade dos segurados ou grupos de segurados para propor novos produtos com o objectivo de aumentar a produção. Esta experiência na área comercial empresarial permitiu-me igualmente adquirir e consolidar conhecimentos na área das finanças empresariais, umas das competências atribuídas pelo mestrado em economia monetária e financeira.

Em Novembro de 1997 fui pela primeira vez trabalhar para a área financeira de uma seguradora. A ainda Mundial-Confiança, SA cria uma nova empresa cujo objetivo é a venda direta por telefone de seguros a preços mais competitivos, neste caso, o seguro automóvel. Tive o privilégio de ver a empresa crescer do “zero” até esta data em que lidera o sector das vendas por telefone e internet. A empresa começou a sua actividade comercial em Janeiro de 1998 e hoje pertence ainda à Via Directa – Companhia de Seguros, SA conhecida por vender seguros da marca Ok!Telesseguros, ou simplesmente por “Ok!Telesseguros, fala a Marta”.

Desde 1997 até agora foram muitas as transformações no sistema financeiro português e em particular os acontecimentos no mercado segurador: a então Mundial-Confiança, SA que detinha a 100% o capital social da Via Directa foi vendida pelo seu accionista, António Champallimaud, ao grupo económico Santander que por sua vez a vendeu à Fidelidade para integrar actualmente o Grupo Caixa Seguros, que é detido pela Caixa Geral de Depósitos. De acordo com o programa de assistência económica e financeira assinado com a *troika*, o sector segurador do Estado prepara-se mais uma vez para um desafio: a saída do grupo CGD e a passagem para o sector privado (Memorando de Entendimento entre o Estado português e o BCE, UE e FMI, 2011; OJE, 2012)

Também a experiência profissional na área financeira foi enriquecida com todos aqueles acontecimentos. Trabalhar na área financeira de uma empresa de seguros, seguir e acompanhar o registo das operações ajuda a perceber o importante papel que as seguradoras têm na actividade



económica, financeira e social, e a influência que as políticas económicas, e em particular a política monetária, exercem sobre a atividade seguradora.

Por norma, as pessoas entendem as seguradoras como entidades que aceitam riscos pelos indivíduos, cobram um preço (o conhecido prémio das apólices) e pagam indemnizações, exercendo um papel essencialmente social e mutualista, onde se garante o contributo equitativo de todos os indivíduos para garantir as perdas daqueles que são atingidos na hora da ocorrência do risco.

Todavia, o ciclo produtivo das seguradoras é contrário ao das restantes actividades económicas – nas seguradoras a cobrança do prémio ocorre antes da prestação do serviço – o ciclo está, efectivamente invertido. Simultaneamente, a ocorrência dos sinistros é aleatória e pode levar anos a ocorrer, daí o importante papel de investidor que o sector segurador assume. Dado que os compromissos são legalmente assumidos, as seguradoras são obrigadas a aplicar os seus excedentes de liquidez de acordo com regras de investimento mais ou menos prescritas, assumindo desta forma um papel de financiador das empresas e do Estado ao comprarem ativos financeiros, sobretudo títulos de dívida.

Nos últimos tempos temos assistido a uma queda acentuada do valor de mercado dos investimentos financeiros em carteira, principalmente dos títulos de dívida de alguns países da zona euro (títulos de dívida soberana dos países que recorreram à ajuda da *troika*, como a Grécia, Portugal e Irlanda), que provocaram resultados de investimento cada vez menores. A queda do valor daqueles activos para níveis anormalmente baixos e a quase impossibilidade de recuperação desses valores implicou também a diminuição das reservas de justo valor\* de balanço ou o reconhecimento nas demonstrações financeiras de perdas que não são passíveis de reversão – as conhecidas imparidades. O registo destas perdas implica de qualquer um dos modos a diminuição do valor líquido da empresa e consequentemente do retorno do investimento para o acionista. Enquanto investidores presentes no mercado e integrados em grandes grupos financeiros, as seguradoras estão também sujeitas aos riscos dos mercados financeiros, como o risco de liquidez, de taxa de juro, de crédito e devem por isso apostar na diversificação de investimentos e riscos associados.

Mas no mundo cada vez mais global e concorrencial há necessidade de ter empresas fortes que respondam rapidamente às flutuações do mercado: as seguradoras fazem parte de grupos financeiros que estão ligados principalmente à atividade bancária. Uma empresa do sector financeiro, independentemente da sua atividade, está sujeita a diversos riscos, como vimos acima (de crédito, de mercado, de taxa de juro, de liquidez e operacional) e vê-se obrigada a ter soluções para os antever e monitorizar, sob pena dos seus efeitos poderem provocar resultados operacionais e financeiros

---

\* O justo valor é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago para transferir um passivo numa transação ordenada entre os participantes de um mercado na data da mensuração, ou seja, um preço de saída. A reserva de justo valor é a valia potencial desse ativo ou passivo em cada fecho de balanço até à data de transação, sempre que essas diferenças não sejam contabilizadas em ganhos e perdas (ver ponto 3.4.1. Investimentos das seguradoras).

indesejáveis. No entanto, a atividade seguradora pela sua natureza de atuação, pela aleatoriedade subjacente e por imposições legais, adota estratégias de investimento baseadas no longo prazo e por isso pode assumir um papel contra cíclico no sector financeiro. Dado que captam somas avultadas de liquidez, estão sujeitas a regras apertadas de investimento e respondem às responsabilidades assumidas a longo prazo, são menos vulneráveis a movimentos súbitos e anormais e a períodos de crise como o atual. Também por diversificarem e pulverizarem os riscos assumidos, estão menos sujeitas a riscos de contágio desempenhando na fase descendente do ciclo económico um travão à própria descida (Simões, 2011). Até quando ocorrem grandes catástrofes, como os ataques ao *World Trade Center* nos EUA ou a tempestade que assolou a Madeira em 2009, não houve interrupção dos serviços prestados pelas seguradoras, apesar do choque.

Contudo, as seguradoras não estão totalmente protegidas contra eventuais insolvências, apesar destes processos serem normalmente demorados e regulados, pois a assunção dos riscos assumidos terá de ser garantida, por exemplo através da passagem do negócio para outra seguradora. Com o objetivo de garantir que as seguradoras serão capazes a cada momento de cumprir os seus compromissos, o Instituto de Seguros de Portugal (ISP) impõe que as seguradoras a operar em Portugal disponham de uma margem de solvência suficiente relativamente ao conjunto das suas atividades. Esta margem é igual ao património livre de toda e qualquer obrigação previsível e deduzidos os elementos incorpóreos. Basicamente, resume-se a um cálculo que depende do volume de prémios retidos ou do valor médio dos sinistros – o maior dos dois deve estar coberto pelos capitais próprios e a proporção entre eles dita a medida da solidez da seguradora. O modelo de solvência até agora exigido às seguradoras não contempla riscos que fazem parte da sua atividade, como por exemplo os riscos de tarificação (isto é, aplicar tarifas pouco adaptadas aos riscos seguros que provoquem eventualmente perda de prémios para fazer face a sinistros futuros), falhas humanas na gestão da empresa, erros ou falhas nos sistemas informáticos e até fatores exteriores, como fraudes.

À semelhança do que se fez para os bancos com o projeto Basileia II, a partir de 2014 o projeto Solvência II prevê uma nova abordagem prudencial com base em três pilares:

- 1) requisitos quantitativos de capital necessários para o cálculo das provisões técnicas;
- 2) requisitos qualitativos relacionados com a governação da sociedade, avaliação do risco e supervisão;
- 3) questões relativas à transparência, reporte e divulgação da informação.

Dado que a nova abordagem é substancialmente diferente da atual, foi necessário realizar uma série de exercícios preliminares a fim de se avaliarem os impactos da aplicação do Solvência II. Foram já efetuados 5 estudos de impacto quantitativos, os chamados QIS, cujos resultados permitiram concluir que existe uma robustez financeira no sector segurador mesmo em condições extremas.

Para garantir a transparência e a creditação da atividade é necessário que todas as empresas cumpram as normas a que estão sujeitas, nomeadamente as de registo e de reporte. A contabilidade, como processo de recolha, análise, registo e interpretação de tudo o que afeta a riqueza das unidades económicas é um dos poderosos suportes de informação de gestão. A contabilidade proporciona informação, geralmente quantitativa, para a tomada de decisões, planeamento e acompanhamento de resultados, não só para os gestores e acionistas das empresas mas também para os sectores de atividade onde aquelas se enquadram, para os bancos, fornecedores, governos e Estados. A cooperação internacional e intercontinental entre Estados e o aparelho produtivo desses mesmos Estados implicou a adoção de regras cada vez mais uniformes de modo que se possa avaliar, sem grandes trabalhos e principalmente custos, o valor e a situação patrimonial das empresas, daí a implementação das IAS (NIC) às contas de Dezembro de 2007. Estas normas possibilitam o conhecimento mais profundo das organizações não só através dos habituais mapas de reporte – balanço, demonstrações de resultados e demonstração de fluxos de caixa – mas também com o relato das políticas contabilísticas adotadas e de notas explicativas, que ajudem os utentes a perceber a situação financeira das empresas e a tomar decisões económicas.

A aplicação das mesmas normas por todos leva-nos ao conhecimento, à criação de riqueza, à sustentabilidade da economia e ao normal funcionamento das organizações.

## **2. O SECTOR SEGURADOR NO SISTEMA FINANCEIRO**

### **2.1. Enquadramento legal**

Em Portugal, a atividade seguradora e resseguradora é regulada através do Decreto-lei nº 94-B/98, de 17 de Abril (repblicado pelo Decreto-lei nº 2/2009, de 5 de Janeiro), onde se encontram enumeradas as respetivas condições de acesso e de exercício. Outra das normas base desta actividade é o Decreto-lei nº 72/2008, de 16 de Abril, que estabelece o regime jurídico do contrato de seguro.

Existem ainda outros diplomas referentes ao acesso e exercício da actividade seguradora e resseguradora, ao enquadramento contratual geral e especial do seguro e aos seguros obrigatórios na ordem jurídica portuguesa, assim como diversas normas emitidas pelo organismo que supervisiona a actividade.

Com efeito o exercício da actividade seguradora e resseguradora depende de uma autorização única, válida para todo o território comunitário em regime de estabelecimento de sucursais ou de livre prestação de serviços, através do chamado passaporte europeu, que no caso português compete ao Instituto de Seguros de Portugal (ISP). Todas as seguradoras em Portugal estão sujeitas à supervisão do ISP. O ISP é o organismo que "*dispõe de competências regulamentares, de autorização ou de não oposição, de registo ou certificação, de supervisão on-site e off-site, de enforcement, revogatórias, contraordenacionais e institucionais*" em matéria de seguros (ISP, "Atribuições e Competências").

### **2.2. Enquadramento macro económico**

#### **2.2.1. Enquadramento económico mundial**

Nos últimos anos, a conjuntura económica internacional tem-se caracterizado por ritmos de crescimento divergentes nas diferentes zonas do globo (BCE, 2010). As economias dos países emergentes da Ásia e América Latina (China, Índia e Brasil) registaram crescimentos profundos e sustentados enquanto nas economias desenvolvidas (EUA e economias da europeias) o crescimento foi condicionado por grandes desequilíbrios orçamentais e elevados níveis de endividamento. Estes dois ritmos de crescimento contribuem para o abrandamento dos desequilíbrios económicos mundiais, apesar dos crescimentos não serem, por vezes, consequência de reformas estruturais como, por exemplo, o reforço dos sistemas de proteção social e o estímulo ao consumo interno nas economias emergentes e em desenvolvimento ou o desenvolvimento de reformas estruturais que promovam o crescimento económico e a redução do défice nas economias desenvolvidas.

Em termos quantitativos e de acordo com o quadro abaixo apresentado, o crescimento económico mundial deteriorou-se desde 2010, prevendo-se apenas uma ligeira recuperação em 2013.

**Quadro 1 – PIB – Taxa de Variação Real em percentagem**

	Previsões			
	2010	2011	2012	2013
<b>Economia Mundial</b>	<b>5,1</b>	<b>3,8</b>	<b>3,3</b>	<b>3,6</b>
<b>Economias avançadas</b>	<b>3,0</b>	<b>1,6</b>	<b>1,3</b>	<b>1,5</b>
EUA	2,4	1,8	2,2	2,1
Japão	4,5	-0,8	2,2	1,2
<b>Zona Euro</b>	<b>2,0</b>	<b>1,4</b>	<b>-0,4</b>	<b>0,2</b>
Alemanha	4,0	3,1	0,9	0,9
França	1,7	1,7	0,1	0,4
Itália	1,8	0,4	-2,3	-0,7
Espanha	-0,3	0,4	-1,5	-1,3
Reino Unido	1,8	0,8	-0,4	1,1
<b>Economias de mercados emergentes</b>	<b>7,4</b>	<b>6,2</b>	<b>5,3</b>	<b>5,6</b>
Europa Central e de Leste	4,6	5,3	2,0	2,6
Países asiáticos em desenvolvimento	9,5	7,8	6,7	7,2
China	10,4	9,2	7,8	8,2
Índia	10,1	6,8	4,9	6,0
América Latina e Caribe	6,2	4,5	3,2	3,9
Brasil	7,5	2,7	1,5	4,0
Médio Oriente e Norte de África	5,0	3,3	5,3	3,6
África Subsariana	5,3	5,1	5,0	5,7

Fonte: FMI – relatório de Outubro 2012

O abrandamento do crescimento económico mundial deveu-se principalmente à deterioração do enquadramento macroeconómico nas economias avançadas:

- na zona euro subsistem os problemas relacionados com a crise das dívidas soberanas que têm originado pressões sobre os bancos europeus e o aumento do risco de contágio levou à atuação do BCE nos mercados financeiros através da aquisição de títulos da dívida no âmbito dos *Securities Market Programme* e ao reforço do Fundo Europeu de Estabilidade Financeira (Económico com Lusa, 2012, (a)). Estas medidas visam reforçar o capital dos bancos europeus e o envolvimento dos credores privados na reestruturação da dívida pública grega. Apesar do avanço das medidas, os mercados têm reagido em baixa e outros países da zona euros, não intervencionados, têm sido alvo de avaliações em baixa, como a Itália e a Espanha. As decisões sobre as medidas tomadas após cada cimeira da União Europeia têm, normalmente, sido acompanhadas por revisões em baixa dos *spreads* da dívida por parte das principais agências de *rating* internacional, o que deixa grandes dúvidas sobre a possibilidade de recuperação económica da zona euro. Por seu lado, o FMI defende que as medidas dos planos de resgate dos países onde há intervenção da *troika* não estão a surtir o efeito desejado, nem sobre os défices orçamentais nem sobre os produtos desses países, considerando mesmo que a situação económica na zona euro é um dos maiores riscos para a economia global (Pires, 2012);
- nos EUA assistiu-se a uma recuperação muito ligeira da procura interna que poderá causar uma recessão económica apenas suavizada pela medidas orçamentais expansionistas;

- no Japão registou-se um crescimento do PIB na ordem dos 2,2% que está diretamente relacionado com a reconstrução do país após o terramoto do início de 2012.

Nas economias emergentes, ainda que os níveis de crescimento se mantenham elevados, a contração da procura externa originou a revisão em baixa das respetivas taxas de crescimento económico. Por outro lado, medidas económicas de combate, por exemplo, à inflação tendem a enfraquecer a procura interna e logo exercem alguma pressão sobre o crescimento.

Devido a estes fatores, todas as projeções de crescimento económico efetuadas pelo FMI (nos seus relatórios trimestrais "*World Economic Outlook*") foram revistas em baixa para 2012, prevendo-se mesmo um cenário de recessão para a zona euro, sempre com a Alemanha e a França, com crescimentos positivos, a distanciarem-se das restantes economias do euro. No *WEO* de Outubro de 2012 o FMI situa as probabilidades de recessão mundial em 15% para os EUA, 25% para o Japão e mais de 80% para a zona euro.

A grande preocupação atual é a de saber qual a capacidade que os países têm para superar uma crise mundial, uma vez que as economias avançadas, principalmente as da zona euro, não têm recursos financeiros para estabilizar os mercados e responder aos problemas bancários e as economias dos mercados emergentes já estão a braços com medidas de política monetária de combate à inflação que induz ao abrandamento do crescimento.

### **2.2.2. Economia portuguesa**

Sabe-se hoje que o crescimento da economia portuguesa registado em 2010 (1,3%) não foi um crescimento sustentado, mas sim assente em fatores de natureza fiscal que induziram ao consumo antecipado de bens duradouros, e também no aumento das exportações, pois as condições no mercado de trabalho deterioraram-se, com um aumento da taxa anual de desemprego para 10,8% motivada pelo encerramento/racionalização de empresas e pela menor criação de novos postos de trabalho. Esta situação é agravada pelos défices externo e orçamental e por um elevado endividamento público e privado, num contexto de receios sobre a dívida soberana que acarretou taxas de juro que, a prazo, foram consideradas inportáveis e colocaram pressão acrescida no Orçamento de Estado para 2011, limitando o desenvolvimento futuro do país, atendendo às perspectivas sobre a evolução dos custos de financiamento de novos projectos.

Na sequência de um recrudescimento intenso da crise da dívida soberana na zona euro, as condições de financiamento internacionais deterioraram-se de forma acentuada ao longo de 2010 e início de 2011. Os investidores internacionais singularizaram a economia portuguesa essencialmente em função do elevado

nível de endividamento externo e do baixo crescimento tendencial, em conjunção com níveis de défice e da dívida pública relativamente altos e superiores ao esperado.

O cenário acima descrito contribuiu para avolumar os receios dos investidores internacionais sobre a sustentabilidade das finanças públicas e sobre a dinâmica da dívida externa, tornando inadiável o pedido de assistência financeira internacional, concretizado em Abril de 2011.

O programa de assistência financeira acordado com a União Europeia, a zona euro e o FMI, a conhecida *troika*, é muito abrangente e visa reverter algumas das principais fragilidades que caracterizam a economia portuguesa, nomeadamente no que diz respeito à sustentabilidade das finanças públicas e aos bloqueios estruturais que limitam o seu crescimento potencial.

No que se refere ao sistema financeiro, o programa de acordo com a *troika* procura assegurar uma desalavancagem ordenada e um reforço dos capitais próprios dos bancos consistente com uma posição de financiamento de mercado estável no médio prazo.

A exigência e o impacto económico e social do acordo no curto prazo são substanciais e a importância das medidas preconizadas decorre, em primeiro lugar, da necessidade de criar as bases para garantir um crescimento mais equilibrado e sustentado no médio e longo prazo.

Os riscos inerentes ao acordo advêm essencialmente da possibilidade de eventuais desenvolvimentos económicos e financeiros adversos a nível internacional, bem como da incerteza em redor da resolução institucional dos mecanismos de assistência financeira no contexto europeu.

A economia portuguesa está perante um enorme desafio – a possibilidade de implementar alterações estruturais que garantam o crescimento futuro e sustentado num clima de grande incerteza e ceticismo internacional onde as próprias políticas de estabilização orçamental podem afetar o crescimento económico se perdurarem no tempo (Moedas, 2012). Estamos perante uma situação que se pode caracterizar com o famoso ditado popular: *"não morremos do mal, morremos da cura"*.

O ano de 2011 foi marcado pela aplicação do Programa de Assistência Económica e Financeira (PAEF) acordado com a *troika* e pela interrupção do acesso ao financiamento no mercado. O PAEF prevê que os ajustamentos na economia portuguesa se materializem na consolidação das contas públicas, na estabilização do sistema financeiro e na transformação estrutural da economia portuguesa.

Em 2011, a aplicação do PAEF traduziu-se num decréscimo do PIB de 1,6%, com a procura interna e o investimento a ter um grande peso nesta descida. O crescimento das exportações permitiu que aquele decréscimo fosse menos intenso, como se pode ver no quadro abaixo:

**Quadro 2 – PIB – Projeções para 2012 e 2013 - Taxa de Variação Anual, em percentagem**

	Pesos 2011	BE Verão 2012			BE Primavera 2012		
		2011	2012 (p)	2013 (p)	2011	2012 (p)	2013 (p)
<b>Produto Interno Bruto</b>	<b>100,0</b>	<b>-1,6</b>	<b>-3,0</b>	<b>0,0</b>	<b>-1,6</b>	<b>-3,4</b>	<b>0,0</b>
Consumo Privado	66,3	-4,0	-5,6	-1,3	-3,9	-7,3	-1,9
Consumo Público	20,2	-3,8	-3,8	-1,6	-3,9	-1,7	-1,2
Formação Bruta Capita Fixo	18,0	-11,3	-12,7	-2,6	-11,4	-12,0	-1,7
Procura Interna	103,9	-5,7	-6,4	-1,4	-5,7	-6,2	-1,6
Exportações	35,5	7,4	3,5	5,2	7,4	2,7	4,4
Importações	39,3	-5,3	-6,2	1,5	-5,5	-5,6	0,0
<b>Contributo p/ crescimento do PIB (em p.p.)</b>							
Exportações Líquidas		4,6	3,6	1,4	4,6	3,1	1,6
Procura Interna		-6,2	-6,6	-1,4	-6,2	-6,5	-1,7
<b>Índice Harmonizado de Preços no Consumidor</b>		3,6	2,6	1,0	3,6	3,2	0,9

Fontes: INE e Banco de Portugal

Nota: (p) -projectado

As projeções do Banco de Portugal para 2012 preveem uma contração da economia portuguesa assente na queda da procura interna que é consequência da diminuição do rendimento disponível das famílias, fruto das limitações de acesso ao crédito, das políticas orçamentais, que levaram aos cortes dos subsídios de férias e de natal dos funcionários públicos, e da degradação das condições no mercado de trabalho, com a taxa de desemprego a aumentar. Por outro lado, a agudização das condições macroeconómicas mundiais contribui para que o crescimento das exportações abrande em 2012, embora o seu contributo seja determinante para a evolução da economia portuguesa. Todas as medidas aplicadas em 2012 e a tentativa de aplicação de outras que corrigissem os desvios face ao orçamentado, contribuíram sempre para revisões em queda do crescimento do PIB, mas acima de tudo para um descrédito completo por parte do agentes económicos na possível saída da crise não só nos prazos acordados com a *troika* como também com a receita prescrita, ou seja, aumento sucessivo de impostos ou invés de estruturação do papel do Estado na economia (Diário Económico, 2012).

Por sua vez, a proposta de Orçamento de Estado para 2013 prevê acima de tudo cortes no investimento e enorme aumento de impostos deixando antever que será mais um ano de agudização das condições económico financeiras, com cortes no rendimento disponível das famílias, aumento da taxa de desemprego e também das tensões sociais (Neves, 2012).

Neste quadro macroeconómico de incerteza e grande constrangimento dos consumos privado e público e do investimento e de agravamento da condições de trabalho, com a taxa de desemprego a aumentar para níveis recordes (Económico com Lusa, 2012, (b)), perspetivam-se tempos difíceis também para a actividade seguradora.



É natural que a necessidade de obtenção de receita e de novos clientes obrigue as seguradoras a uma maior competitividade, que pode forçar a ajustes nos preços dos seguros e contribuir para a diminuição das suas margens.

Por outro lado, a diminuição do rendimento disponível das famílias e a dificuldade de obter créditos bancários, obriga a que as poupanças, até aqui direcionadas para seguros e operações de capitalização, sejam desviadas para outros fins.

A política fiscal aprovada nos sucessivos orçamento de estado desde 2011 e acordada no plano de assistência financeira assinado com a *troika*, nomeadamente a redução das deduções associadas a benefícios fiscais com a compra de planos de poupança reforma e fundos de pensões e a impossibilidade de deduzir à colecta em sede de IRS despesas com seguros de vida risco (onde se segura o risco de morte e não há componente de capitalização), acidentes pessoais e saúde diminui a procura destes produtos e impõe às seguradoras políticas de captação de poupanças muito mais difíceis e dispendiosas (Lei nº 55-A/2010, de 31 Dezembro).

#### **2.2.2.1. O sector segurador - produção dos ramos vida e não vida**

As seguradoras são unidades económicas com operações específicas e muito regulamentadas, como veremos adiante, têm um ciclo produtivo inverso relativamente a outras atividades económicas e desempenham um papel social na economia ao protegerem as famílias e as empresas contra riscos que estas transferem para aquelas com a certeza que na hora da ocorrência do risco as seguradoras as vão ressarcir de eventuais perdas (Gomes, 2012). Em troca, as famílias pagam um preço que é anormalmente baixo face às perdas, dado que a probabilidade de atingir toda a população segura é diminuta e daí o carácter mutualista do seguro: todos pagam para apenas alguns receberem. Por sua vez, a ocorrência do sinistro é futura e aleatória (não se seguram riscos já ocorridos) e por isso as seguradoras contam a todo o momento com excessos de tesouraria que necessitam de gerir e investir. Assim, para além do papel social, as seguradoras desempenham um papel económico importante, porque estão obrigadas a investir aqueles excessos enviando para a economia somas avultadas de capital através de compra de títulos públicos e privados, de aplicações em depósitos, em compra de imóveis, ou seja funcionam também como financiadoras da economia.

Apesar das especificidades do seu ciclo produtivo as seguradoras estão presentes no mercado, fazem parte de grupos financeiros e estão sujeitas a todas as pressões e riscos que aí ocorrem, embora possam ter um papel apaziguador que funciona como travão em momentos menos bons da economia, pois o seu negócio é mais vocacionado para o médio e longo prazo.

Assim, dados publicados do setor segurador a nível mundial e nacional dão-nos conta do efeito das políticas adotadas nas economias sobre os negócios das seguradoras.

De acordo com um estudo publicado pela *Swiss Re*, o “*World insurance in 2011*” os prémios totais do mercado mundial diminuíram 0,8% em 2011, registando a componente não vida um crescimento de 1,8% e a componente vida um decréscimo de 1,4%. As flutuações dos prémios não foram unânimes à escala global; também aqui houve grandes crescimentos nos mercados emergentes e crescimentos marginais nas economias avançadas (8,9% e 0,6% para os ramos não vida, respetivamente), como está patente no seguinte quadro:

**Quadro 3 - Crescimentos no Mercado Segurador Mundial em 2011**

<b>Não Vida</b>		<b>Vida</b>	
Economias Avançadas	0,6%	Economias Avançadas	-1,8%
Economias Emergentes	8,9%	Economias Emergentes	0,6%
<b>Mercado Mundial</b>	<b>1,8%</b>	<b>Mercado Mundial</b>	<b>-1,4%</b>

Fonte: Swiss Re - Global insurance review and outlook 2012/2013

Em Portugal e para o mesmo ano, de acordo com os elementos publicados pelo Instituto de Seguros de Portugal, o volume de prémios decresceu 28,6% depois de em 2010 ter crescido 12,6%. Para esta diminuição contribuiu essencialmente o ramo vida, cujo decréscimo foi de aproximadamente 29%. O facto dos bancos nacionais também precisarem de financiamento e por isso optarem por políticas de captação de poupanças (depósitos bancários) fez com que a venda de produtos do ramo vida, principalmente com componente de capitalização tivesse este comportamento. A conjuntura cada vez mais difícil para as famílias portuguesas deixou-as com pouca margem para procurarem estes produtos também (Barroso, 2012).

A produção dos ramos não vida também registou um decréscimo, embora ligeiro (-0,9%), com o ramo acidentes e doença a ter uma descida na ordem dos 2,6% (Brito, 2012), para a qual contribuiu certamente a queda de 3,7% do ramo acidentes de trabalho que, mais uma vez, está relacionado com a redução do emprego e da atividade económica.

**Quadro 4 – Volume de Prémios de Seguro Direto em Portugal**

	2009	2010	2011	Δ 10/09	Δ 11/10
<b>Total Produção</b>	<b>14.516</b>	<b>16.340</b>	<b>11.666</b>	<b>12,6%</b>	<b>-28,6%</b>
<b>Total Vida</b>	<b>10.384</b>	<b>12.712</b>	<b>7.533</b>	<b>17,2%</b>	<b>-38,1%</b>
Seguros de Vida	7.198	9.600	5.501	33,4%	-42,7%
Seguros Ligados a Fundos Investimento	3.161	2.331	2.033	-26,2%	-12,8%
Operações de Capitalização	25	241	0	851,2%	-99,9%
<b>Total Não Vida</b>	<b>4.132</b>	<b>4.168</b>	<b>4.133</b>	<b>0,9%</b>	<b>-0,9%</b>
Acidentes e Doença	1.353	1.357	1.321	0,2%	-2,6%
Acidentes de Trabalho	674	646	622	-4,1%	-3,7%
Doença	500	532	540	6,5%	1,5%
Incêndio e Outros Danos	744	765	769	2,8%	0,5%
Automóvel	1.666	1.672	1.659	0,4%	-0,8%
Transportes, RC Geral e Diversos	368	375	383	1,8%	2,3%

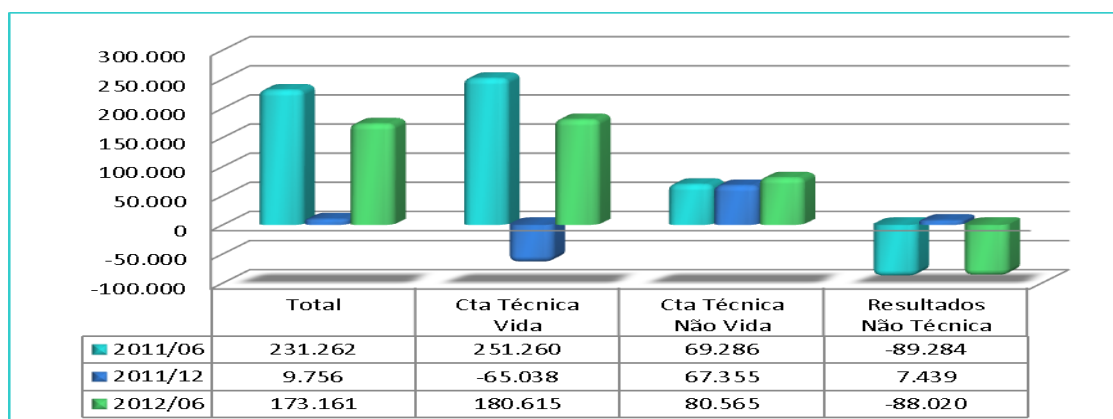
Fonte: Associação Portuguesa de Seguradores (APS 2012)

Unidade: Milhões de Euros

De acordo com os dados da Associação Portuguesa de Seguradores (2012), a tendência para a quebra da produção demonstrada no quadro 4 mantém-se no ano de 2012, com a produção do mercado a diminuir cerca de 19% no 1º semestre de 2012 face ao mesmo período de 2011. Este decréscimo é, mais uma vez, maior na produção do ramo vida (-27,7%) que nos ramos não vida (-4%), embora o ramo acidentes de trabalho apresente uma quebra de 10,3% que está, naturalmente associado ao período conturbado da nossa economia, com empresas a despedir trabalhadores e/ou encerrar.

Associado a produções em queda na atividade seguradora temos também os problemas nos mercados de capitais, que originaram desvalorizações dos investimentos em carteira e consequentemente resultados técnicos, financeiros e globais também em queda, como se pode ver:

**Quadro 5 – Evolução dos Resultados entre Junho de 2011 / 2012**



Fonte: Associação Portuguesa de Seguradores (2012)

Unidades: Milhares de Euros

### **3. CONTABILIDADE DE SEGUROS**

Todas as unidades económicas devem dar a conhecer, em datas pré-definidas, a sua situação económica e financeira, obedecendo a determinados princípios e seguindo normas que se materializam no que se designa por contabilidade. A actividade seguradora não é excepção.

Como se sabe, as empresas não vivem isoladas e indiferentes ao que se passa no mundo que as rodeia, inserindo-se, pelo contrário no espaço económico, e cada vez mais global, da sua actividade, onde os agentes económicos se confrontam e as comparações são inevitáveis. Estas comparações só conduzirão a resultados credíveis se todos utilizarem os mesmos métodos e princípios contabilísticos, daí a justificação para a existência de normalização contabilística.

Dada a especificidade do sector bancário e segurador criaram-se regras específicas para estas actividades económicas que não deixam de cumprir os princípios contabilísticos da continuidade, consistência, especialização, custo histórico ou justo valor, prudência, substancia sobre a forma e da materiabilidade.

A abordagem da contabilidade de seguros desenvolvida nos pontos que se seguem transporta-nos para dentro de uma seguradora, onde todas as operações com expressão monetárias têm importância contabilística. Pretende-se também demonstrar não só a importância que o setor segurador representa para a segurança daqueles que transferem o risco para as seguradoras e esperam ser ressarcidos em caso de sinistro, mas também o papel que as seguradoras têm na economia.

#### **3.1. Operações correntes de exercício**

##### **3.1.1. O seguro direto**

O seguro directo engloba o conjunto das relações que se estabelecem entre o tomador do seguro e a sua seguradora, por força de um contrato de seguro que pode ser celebrado aos balcões da empresa seguradora, por intermédio de um mediador de seguros e ainda por telefone ou via internet.

Seja qual a forma de celebração do contrato, o segurador é obrigado a formalizar o contrato num instrumento escrito que se designa por *apólice de seguro* que deverá ser datada e assinada e entregue ao tomador de seguro para que também este a assine, de acordo com o Decreto-Lei 72/2008, de 16 de Abril.

O contrato de seguro pode definir-se como o contrato aleatório por via do qual uma das partes – o segurador – se obriga, mediante o pagamento de um prémio, a suportar um risco, liquidando o sinistro que vier a ocorrer.

Os contratos de seguros podem ser:

- seguros de coisas ou responsabilidades – são os que têm como fim a conservação do património dos agentes económicos;
- seguros de vida ou de acidentes pessoais – são os que procuram impedir que as pessoas fiquem desprotegidas em caso de ocorrência de eventos que lhes diminuam as capacidades físicas ou de obtenção de rendimentos.

Os conceitos de prémio, comissões e indemnizações estão assim associados a operações de seguro direto pelo que passamos a especificar.

#### A) Prémios

A seguradora aceita a cobertura de um risco mediante o pagamento antecipado de uma determinada verba – o prémio – calculada em função da natureza e intensidade do risco e ainda do tempo. A estatística tem neste campo uma acção muito importante. Tomando por base a experiência do passado e aplicando os ensinamentos da teoria das probabilidades chega-se a uma taxa. A taxa é a importância calculada como suficiente para fazer face ao risco e tem em atenção os seguintes fatores:

- $p$  – frequência média do acontecimento (número de sinistros / número de unidades em risco);
- $\alpha$  – severidade média das perdas (valor das perdas / número de sinistros);
- $n$  – duração do seguro.

O tomador de seguro, por seu lado, pretende que lhe seja ressarcido um valor – valor seguro – em caso de sinistro. O valor seguro ou capital (designado por  $C$ ) é o valor atribuído como necessário para a cobertura das garantias contratadas.

Da combinação do valor seguro e da taxa resulta o prémio puro ou prémio de risco ( $P_p$ ) que é uma função dada pela seguinte expressão:

$$P_p = C \times p \times \alpha \times n$$

A atividade seguradora é uma atividade produtiva que tal como as restantes acresce valor, valor esse que tem um preço. Assim, ao prémio puro há a acrescentar:

- carga para despesas (de gestão, de aquisição e de cobrança dos seguros);
- margem de segurança;
- margem de lucro,

dando origem ao Prémio Comercial (Pc):

$$Pc = Pp + \text{carga para despesas} + \text{margem de segurança} + \text{margem de lucro}$$

No entanto, o tomador do seguro não paga ao segurador somente o prémio comercial; ele paga também as cargas de emissão (por exemplo custos de fracionamento do prémio e despesas administrativas do contrato, como emissão de apólices e atas adicionais) e ainda custos inerentes a determinados ramos, como por exemplo, no ramo automóvel o Certificado de Responsabilidade Civil (a conhecida Carta Verde) e determinadas cargas fiscais e parafiscais, variáveis consoante os ramos seguros, dando origem assim ao Prémio Total de Seguro:

$$\text{Prémio Total} = Pc + \text{cargas de emissão} + \text{cargas fiscais e parafiscais}$$

O segurador cobra o prémio total embora a sua receita seja apenas o prémio comercial acrescido das cargas de emissão a que chamamos prémio proveito, já que as cargas fiscais e parafiscais constituem receita de outros organismos oficiais.

As empresas seguradoras são também agentes de cobrança (Ferreira e Mesquita, 2011), dado que essas verbas que incidem sobre os prémios e encargos serão entregues aos respectivos organismos oficiais e são os que constam na seguinte tabela:

**Tabela 1 – Tipo e Taxas de Imposto sobre Prémios de Seguro**

Ramo / Tipo de Imposto	INEM	FAT	ANPC	FGA	PR	CRC	I.Selo
Vida	2%	-	-	-	-	-	Isento
Doença	2%	-	-	-	-	-	5%
Acidentes Trabalho	2%	7,5%	-	-	-	-	5%
Acidentes Pessoais	2%	-	-	-	-	-	5%
Incêndio	-	-	13%	-	-	-	9%
Agrícola / Pecuário	-	-	6%	-	-	-	5%
Automóvel	2%	-	-	2,5%	0,21%	1,5 €	9%
Caçador	2%	-	-	-	-	-	9%
Av. Máquinas, Const. Montagens e Multiriscos	-	-	3,9%	-	-	-	9%

Fonte: Elaborado pela autora com base na consulta efetuada ao PortalISPnet

As empresas seguradoras entregam estas cargas fiscais e parafiscais a:

- ✓ Instituto Nacional de Emergência Médica (INEM); Fundo de Acidentes de Trabalho (FAT), Autoridade Nacional de Proteção Civil (ANPC);
- ✓ Instituto de Seguros de Portugal: as verbas cobradas para o Fundo de Garantia Automóvel e Prevenção Rodoviária (FGA e PR) e Certificado de Responsabilidade Civil (CRC);
- ✓ Direcção Geral dos Impostos: as verbas cobradas respeitantes a Imposto de Selo.

Os prémios proveitos são registados numa conta de proveitos da classe 7 – *70 Prémios Brutos Emitidos*, os impostos numa conta de balanço (Sector Público Estatal) da classe 4 – *4603 Outros Impostos e Taxas*, perfazendo assim o prémio total contabilizado numa conta de balanço também da classe 4 – *40 Tomadores de Seguros*.

## B) Comissões

Os negócios podem chegar às seguradoras directamente pelo tomador de seguro ou por intermédio de um mediador – o chamado mediador de seguros. Se no primeiro caso não há lugar a comissão, já no segundo, contabilizar-se-á a comissão respectiva, representando esta a remuneração do trabalho levada a efeito pelo mediador. A comissão é calculada em função do prémio comercial.

A actividade de mediador de seguros está regulamentada pelo ISP e todos os mediadores de seguros devem estar inscritos no ISP sendo esta inscrição precedida de um exame.

O mediador de seguros, pessoa individual ou colectiva, pode ser, de acordo Decreto-Lei nº 144/2006, de 31 de Julho, alterado pelo Decreto-Lei nº 359/2007, de 2 de Julho, que regula as condições de acesso e de exercício da actividade de seguros ou de resseguros:

- ✓ Mediador de seguros ligado – aquele que exerce a actividade de mediação em nome e por conta de uma ou várias empresas de seguro, desde que os produtos não sejam concorrentes ou em complemento de sua actividade profissional e que não recebe prémios ou somas destinadas aos tomadores de seguros, segurados ou beneficiários;
- ✓ Agente de seguros – aquele que exerce a actividade em nome de uma ou várias seguradoras nos termos dos contratos que celebre com aquelas entidades;
- ✓ Corretor de seguros – aquele que exerce a actividade de mediação de seguros de uma forma independente face às seguradoras, baseando a sua actividade numa análise imparcial relativamente aos contratos de seguros disponíveis no mercado que lhe permite aconselhar o cliente tendo em conta as suas necessidades específicas.

As comissões podem ser de angariação, de cobrança e de corretagem, consoante se destinem a remunerar, respectivamente, o trabalho do mediador, enquanto angariador do contrato, enquanto agente de cobrança ou enquanto corretor, isto é, prestando um conjunto mais vasto de serviços que as restantes categorias.

O valor da comissão só é devido ao mediador do seguro após boa cobrança do recibo correspondente, o que significa que os mediadores de seguros têm, nas seguradoras, uma conta corrente, consoante os prémios são pagos ou estornados mercê, dos movimentos que se fazem às apólices durante a sua “vida”.

As comissões constituem um custo directo de aquisição e são contabilizadas numa conta de custos de aquisição da classe 6 – *630 Custos de aquisição*, por contrapartida de uma conta de balanço da classe 4 – *41 Mediadores de seguros*.

### C) Indemnizações

O tomador do seguro através da celebração de um contrato com o segurador, transfere para a seguradora as consequências nefastas da concretização de um risco.

Uma vez verificado o sinistro, ou o vencimento do contrato, a seguradora é chamada a reparar o dano, nos seguros de indemnização, ou a pagar um capital seguro nos seguros de capital – as conhecidas indemnizações de sinistros. É o caso por exemplo dos seguros automóveis onde a indemnização toma a forma de pagamento da reparação dos danos, dos seguros de acidentes pessoais onde a indemnização responde pela devolução de um capital preestabelecido ou pela forma de pensões ou renda nos seguros de acidentes de trabalho ou de vida.

Quando ocorre um sinistro, a seguradora regista nas suas contas o custo espectável do sinistro e constitui logo aí uma provisão para sinistros, que corresponde à responsabilidade assumida para com o tomador do seguro e assume-se como a obrigação do segurador até ao encerramento do sinistro e por conseguinte faz parte do seu passivo. Dado que o encerramento das contas de um exercício não corresponde à data de encerramento dos sinistros, aquelas provisões continuam para anos futuros sendo o custo do sinistro em cada ano dado pelos valores pagos e pela variação das provisões para os sinistros.

A contabilização corresponde ao débito das contas de custos com sinistros, da classe 6 – *60 Custos com Sinistros*, por contrapartida de uma conta de balanço, da classe 3 – *301 Provisão para Sinistros*.

As empresas de seguros também podem ter valores a receber por regularização de sinistros; a estas verbas chamamos reembolsos de sinistros. Os reembolsos de sinistros deduzem-se aos custos com sinistros mas não às provisões técnicas, dado que o segurador não pode diminuir as suas responsabilidades através da dedução das responsabilidades que os seus parceiros e/ou terceiros têm para com o segurador. Assim na contabilização dos reembolsos creditamos a conta de custos com sinistros e debitamos uma conta da classe 4 (Outros Activos e Passivos) – *40 Tomadores de Seguros* ou *47 Outros devedores e credores por reembolsos de sinistros*.

No momento do pagamento das indemnizações ou do recebimento dos reembolsos as contas de balanço, 301 / 40 ou 47) são saldadas e os respetivos valores transferidos para a conta 6 – *6010 Montantes Pagos, Prestações ou Sinistros Reembolsados* por contrapartida da conta 5 – *Caixa ou Depósitos à Ordem*.



### **3.1.2. A divisão e dispersão do risco das seguradoras**

A atividade seguradora assenta no princípio da mutualidade, isto é, todos contribuímos mutuamente com um prémio, relativamente baixo, para fazer face aos custos dos sinistros que acontecem apenas a alguns e que geram danos geralmente mais avultados face aos prémios pagos. Por isto é necessário garantir que há dispersão e simultaneamente divisão do risco, ou seja, as seguradoras não assumem sozinhas todo o risco que compram nem podem aceitar que um único risco transtorne a solvência da empresa, sob pena de não conseguirem responder às responsabilidades assumidas.

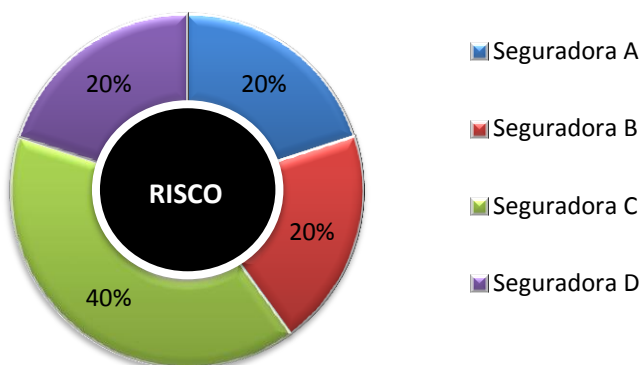
Assim, temos na atividade seguradora os termos co-seguro e resseguro que não são mais do que a transferência e/ou partilha de responsabilidades entre diferentes agentes económicos que participam nesta atividade e é uma regra de gestão seguida por todas as seguradoras.

#### **A) Co-seguro**

O co-seguro existe quando o risco seguro é dividido por várias seguradoras, normalmente porque há necessidade de pulverizar os riscos seguros. Acontece quando se seguram valores avultados cuja probabilidade de sinistro originaria enormes esforços financeiros para o segurador. Estamos neste caso a falar de seguros de grandes empresas, como por exemplo uma empresa como a EDP ou a Petrolgal. Também pode acontecer em seguros de particulares que sejam obrigatórios, como é o caso do seguro automóvel. Sendo um seguro obrigatório, se três ou mais seguradoras se recusarem a fazê-lo, normalmente, devido ao histórico de sinistralidade do condutor, o ISP obriga as seguradoras a fazê-lo, repartindo o risco por elas.

Nos seguros com co-seguro existe sempre uma seguradora líder que trata directamente com o tomador de seguro sobre as condições que envolvem o contrato e também sobre o interesse das restantes seguradoras. É também a esta seguradora líder que são pagos os prémios de seguro e a ela cabe o pagamento das indemnizações em caso de sinistro e a entrega dos impostos a quem de direito. No entanto, as diferentes seguradoras são responsáveis pela quota-parte de risco assumido, não se podendo substituir umas às outras.

A divisão do risco seguro no co-seguro pode ser representada assim, por exemplo:



A contabilização do co-seguro é efetuada em prémios por contrapartida de uma conta da classe 4 – 42 – *Co-empresas de seguros*.

Embora não seja assumido como um co-seguro, sempre que um tomador de seguro não segura a totalidade do valor em risco está a fazer um co-seguro, isto é, está a assumir, por vezes sem pensar, que em caso de sinistro assumirá parte das perdas. Nestes casos o preço do seguro também é menor. Um exemplo do dia-a-dia é quando fazemos um seguro de danos ao nosso automóvel e negociamos uma franquia; quanto maior for esta franquia, menor será o preço do seguro e menor a indemnização da seguradora, significa que assumimos parte do risco e parte do prejuízo. Neste caso a contabilização é igual à contabilização dos prémios.

#### B) Resseguro

O resseguro consiste na transferência dos riscos assumidos pelas seguradoras a outras seguradoras que se chamam resseguradoras. O resseguro é o seguro do seguro.

A divisão do risco associada ao resseguro está ligada à noção de pleno. O pleno é a capacidade máxima que cada seguradora considera poder suportar por unidade de risco, ou seja, o valor máximo que a seguradora pode segurar sem necessidade de ceder ao ressegurador. A fixação deste pleno depende de cada seguradora e tem por base estudos estatísticos, experiência e prudência de cada segurador e montante de prémios recebidos em cada ano. Naturalmente empresas com boas performances técnicas e económico-financeiras estarão em melhores condições de negociação que outras com resultados menos bons. Estas condições terão influência nos prémios a pagar aos resseguradores e nos valores de risco transferidos.

A prática do resseguro faz com que os riscos ultrapassem fronteiras e atravessem oceanos, fazendo diluir por vezes por vários continentes os efeitos de um sinistro (Silva, 2012).

As operações de contabilização de prémios e sinistros do seguro directo aplicam-se aos contratos de resseguro, denominados de *tratados*, mas com sinal contrário; os impostos pagos pelos tomadores de seguros são substituídos por comissões, de sinistralidade ou de gestão. Os prémios são um custo, contabilizados na classe 7 – 71 *Prémios de resseguro cedido* e as indemnizações são um proveito da classe 6 – 604 ou 605 *Parte dos resseguradores nos custos com sinistros vida ou não-vida*, respetivamente. Nas contas de balanço temos no passivo a conta 43 *Resseguradores* e no ativo as provisões técnicas de resseguradores, também da classe 3 – 34 ou 35 *Provisões técnicas de resseguro cedido vida ou não-vida*.

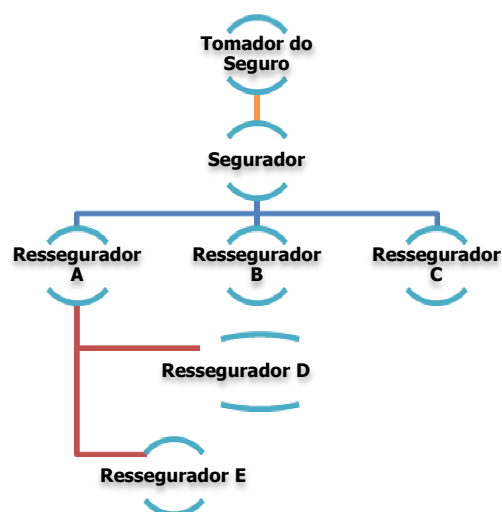
O resseguro de um negócio já ressegurado assume a designação de retrocessão.

As relações que se estabelecem num risco seguro podem resumir-se no seguinte esquema que não é mais do que a passagem dos riscos entre os diferentes *stakeholders* do sistema:

✓ os tomadores de seguros passam o risco aos seguradores  
(riscos particularizados como o seguro  
*da casa, do carro, o seguro de vida, etc*);

✓ os seguradores agrupam os riscos e passam-nos  
ao ressegurador (riscos industriais, riscos materiais,  
riscos corporais, doença, fenómenos sísmicos, etc);

✓ os resseguradores por sua vez tentam (re)segurar  
os riscos assumidos a outros resseguradores.



Existem vários tipos de tratados de resseguro, a saber (Santos, 2007):

- Proporcionais – tratados de resseguros de capitais, de divisão de risco, que podem ser:
  - ✓ Excedente de pleno – quando o cedente (segurador ou ressegurador no caso da retrocessão) transfere para o ressegurador somente a parte do risco que não pode ou não pretende segurar;
  - ✓ Quota-parte – tanto os prémios como os sinistros são repartidos na mesma proporção pelo segurador e ressegurador. Isto faz com que o ressegurador intervenha em todos os negócios aceites pelo segurador, independentemente do capital seguro.

- Não proporcionais – tratados de resseguros de perdas, de divisão do dano, que são:
  - ✓ Excedente de sinistro (*Excesso of loss*) – a seguradora assume totalmente as responsabilidades até determinado montante, a partir do qual a responsabilidade é transferida para o ressegurador;
  - ✓ Excedente de perdas (*stop-loss*) – quando a responsabilidade do segurador é fixada por uma taxa anual máxima de sinistralidade (montante global de sinistros / montante global de prémios cobrados) para determinado ramo, a partir da qual passa a funcionar o ressegurador.

Embora os resseguradores peçam informações detalhadas sobre os negócios que os seguradores assumem e lhes passam e sobre os sinistros que assumem, as relações com os tomadores de seguros é sempre assumida pelo segurador, isto é, o ressegurador pode conhecer o tomador de seguro mas não é a ele que cabe o pagamento da indemnização de sinistro em última instância, mas sim à companhia de seguros.

### **3.2. Operações de fim de exercício ou de balanço**

A gestão de uma empresa de seguros é semelhante à gestão de uma empresa de serviços, nomeadamente do sector financeiro, isto é, existe uma inversão do ciclo produtivo em comparação com as demais empresas de outros setores produtivos, porque a receita é obtida antes do fornecimento do bem, ou seja antes do pagamento da indemnização, dado que a ocorrência do sinistro é aleatória. No entanto, a partir do momento em que o contrato é celebrado entre as partes, o tomador do seguro transfere para a seguradora não só a garantia de ser ressarcido mais tarde devido a um sinistro, mas imediatamente a prestação de segurança que procura, pois ao pagar um prémio está a adquirir segurança de que pensa tira alguns benefícios.

De qualquer das formas, as seguradoras recebem os prémios por antecipação relativamente aos sinistros e por isso dispõem de quantias avultadas de valores que é preciso controlar, porque mais tarde vão ser chamadas a pagar as responsabilidades assumidas.

O Estado, sabendo dessa necessidade de controlo, impõe diferentes normas de cumprimento obrigatório para as seguradoras a operar no mercado, nomeadamente as que determinam as garantias financeiras da atividade seguradora (Decreto-Lei nº 94-B/98, de 17 de Abril).

### 3.2.1. Provisões técnicas

As provisões técnicas constituem uma das principais garantias financeiras exigíveis às seguradoras e são a principal rubrica do passivo e por imposição legal devem estar representadas, ou caucionadas, por ativos de igual montante.

- O que é uma provisão técnica?
- É o montante que, a qualquer momento, deve ser suficiente para permitir à empresa de seguros cumprir, na medida do razoavelmente previsível, os compromissos decorrentes dos contratos de seguros (art. 69º do DL 94-B/98).

Do ponto de vista contabilístico, as provisões técnicas são uma operação de final de exercício, porque depois do registo de todas as operações correntes do exercício será sempre preciso aferir se há necessidade de ajustamento daqueles montantes e se os mesmos estão de acordo com o legalmente exigido.

Consoante a exploração dos ramos vida ou não-vida, são as seguintes as provisões técnicas que as seguradoras devem constituir e manter, de acordo com o art. 70º e seguintes do DL 94-B/98:

#### ❖ **Ramo Não Vida**

- Provisão para prémios não adquiridos;
- Provisão para riscos em curso;
- Provisão para sinistros;
- Provisão para desvios de sinistralidade;
- Provisão para envelhecimento.

#### ❖ **Ramo Vida**

- Provisão matemática;
- Provisão para compromissos de taxa;
- Provisão para estabilização de carteira;
- Provisão para prémios não adquiridos<sup>•</sup>;
- Provisão para riscos em curso<sup>•</sup>;
- Provisão para sinistros;
- Provisão para participação nos resultados

Vejamos cada uma das provisões técnicas com mais detalhe:

---

<sup>•</sup> No caso dos seguros cujo período de cobertura seja igual ou inferior a um ano.

A) Provisão para prémios não adquiridos (PPNA)

*... deve incluir a parte dos prémios brutos emitidos, relativamente a cada um dos contratos de seguro em vigor, com excepção dos respeitantes ao ramo vida, a imputar a um ou vários exercícios seguintes.*

Isto significa que o montante total de prémios registados em cada período deve respeitar o princípio da especialização dos exercícios. Mas, na maioria dos casos os contratos são celebrados, alterados e ou anulados em datas diferentes das datas das prestações e apresentações de contas pelas empresas. Assim para respeitar o princípio da especialização do exercício, calcula-se a provisão para prémios não adquiridos, contrato a contrato segundo o método pro rata temporis. Isto significa que em cada data de fecho de balanço vamos calcular a parte do prémio já contabilizada em resultados e que pertence a períodos futuros. Este montante é retirado a resultados pela contabilização numa conta da classe 6 – 61 *Variação de outras provisões técnicas* por contrapartida de uma conta de provisões - 310 *Provisão para prémios não adquiridos*. Estas operações são aplicadas também para os prémios de resseguro cedido (os sinais são contrários e a provisão é ativa) e para prémios de resseguro aceite (semelhante ao seguro direto).

Numa conta de resultados o volume de negócios pertencente a cada período resulta da soma dos prémios brutos emitidos com a variação da provisão para prémios não adquiridos, dando assim origem aos prémios adquiridos do período.

Um exemplo:

Prémio Bruto Emitido = 120 €

Data Início do Contrato: 01/08/2012 por um ano

PPNA a 31/12/2012 =  $120 * 7 / 12 = 70$

Prémio Adquirido (em resultados) a 31/12/2012 =  $120 - 70 = 50$

B) Provisão para riscos em curso (PRC)

*... corresponde ao montante necessário para fazer face a prováveis indemnizações e encargos a suportar após o termo do exercício e que excedam o valor dos prémios não adquiridos e dos prémios exigíveis relativos a contratos em vigor.*

A provisão para riscos em curso engloba todos os seguros não vida e é calculada em separado para o seguro direto e para o resseguro aceite, quando a soma dos rácios de sinistralidade, de despesas de exploração e de cedência é superior a 1. Os rácios atrás referidos são calculados da seguinte forma:

$$\text{rácio de sinistralidade} = \frac{\text{custos com sinistros liquidados de resseguro cedido do ano } n}{\text{prémios adquiridos de seguro directo}}$$

$$\text{rácio de despesas} = \frac{\text{despesas gerais}}{\text{prémios adquiridos do seguro directo}}$$

$$\text{rácio de cedência} = \frac{\text{prémio adquiridos do resseguro cedido}}{\text{prémios adquiridos do seguro directo}}$$

Sempre que o somatório desde rácios for superior a 1, significa que para cada período contabilístico é necessário constituir uma garantia financeira adicional para fazer face aos prémios adquiridos do período, isto é, a empresa está a ter custos técnicos superiores relativamente aos prémios adquiridos e por isso o ISP obriga a constituir o valor em falta através da provisão para risco em curso, que resulta do seguinte cálculo:

$$\text{Provisão Riscos em Curso} = ( \text{rácios de sinistralidade} + \text{despesas} + \text{cedência} - 1 ) \times \text{PPNA}$$

#### C) Provisão para sinistros

*... corresponde ao custo total estimado que a empresa de seguros suportará para regularizar todos os sinistros que tenham ocorrido até ao final do exercício, que tenham sido comunicados ou não, após dedução dos montantes já pagos respeitantes a esses sinistros.*

Como já vimos anteriormente, o montante desta provisão é calculado sinistro a sinistro à medida que os mesmos são participados e sujeitos a alteração desde a abertura até ao seu encerramento de modo a espelhar, a qualquer momento, a responsabilidade total da seguradora para com os seus tomadores de seguros e/ou terceiros. No entanto, o legislador impõe às seguradoras a constituição de provisão para sinistros que à data de encerramento das contas ainda não foram participados mas que não deixam de ser responsabilidade da seguradora. Por sua vez estas sabem, através de dados históricos e estatísticos que esses sinistros existem e por isso não deixam de constituir esta provisão para sinistros ocorridos e ainda não participados – *IBNR – Incurred para not reported*. O ISP impõe um valor mínimo de 5% sobre custos com sinistros de seguro direto do ano n, mas este valor pode ser maior se os dados históricos da empresa assim o ditarem. Quando esta provisão for inferior ao realmente ocorrido a empresa suportará custos em períodos seguintes.

#### D) Provisão para envelhecimento

*... deve ser constituída para o seguro de doença praticado segundo a técnica do seguro de vida.*

E) Provisão para desvios de sinistralidade

*... destina-se a fazer face à sinistralidade exceccionalmente elevada nos ramos de seguros, que pela sua natureza, se preveja que aquela tenha maiores oscilações.*

*...deve ser constituída para o seguro de crédito, seguro de caução, risco de fenómenos sísmicos e resseguro aceite – risco atómico.*

F) Provisão matemática do ramo vida

*... corresponde ao valor actuarial estimado dos compromissos da empresa de seguros, incluindo as participações nos resultados já distribuídos e após dedução do valor actuarial dos prémios futuros.*

Se um seguro for bem contratado e se não existirem grandes flutuações do preço dos fatores produtivos ou de condições que promovam a ocorrência de sinistros, os prémios dos seguros não sofrerão grandes alterações ao longo dos tempos, ou seja os prémios tendem a ser constantes ao longo da vida dos contratos. Nos seguros de vida isto não acontece pois aquilo que se segura depende da morte/vida da pessoa cuja vida de segura (pessoa segura). Existem duas modalidades de seguros de vida:

1. Seguro em caso de morte – o sinistro ocorre com a morte da pessoa segura;
2. Seguro em caso de vida – a responsabilidade da seguradora apenas acontece durante a vida da pessoa segura.

Se o prémio fosse proporcional ao risco seguro, teríamos nos seguros em caso de morte prémios sempre crescentes, pois a probabilidade de ocorrência da morte (risco seguro) aumenta com a idade e nos seguros em caso de vida prémios decrescentes pois a probabilidade de morte cada vez maior, faz diminuir a responsabilidade da seguradora. Mas na realidade isto não acontece; o tomador de seguro contrata um prémio nivelado durante a duração do contrato que é o correspondente a:

$$\text{Prémio Comercial} = \text{prémio puro } Pp \pm \text{prémio económico } (Pe)$$

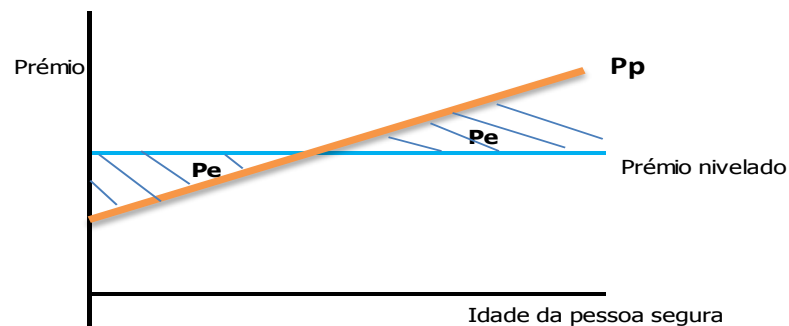
em que:

- $Pp$  – prémio puro ou de risco para a idade da pessoa segura
- $Pe$  – prémio económico

Este prémio económico é o responsável pelo nivelamento do prémio pago pelo tomador do contrato e pode ser positivo ou negativo consoante a idade da pessoa segura. Em esquema



podemos ver o comportamento deste prémio económico ( $P_e$ ) assim como o seu efeito no nivelamento do prémio comercial.



Nos seguros de vida em caso de morte e de acordo com o esquema acima, o tomador de seguro pagará um prémio comercial superior ao do prémio de risco, nos primeiros anos do contrato, e por isso o prémio económico é positivo; à medida que a sua idade avança e a probabilidade do risco de morte se agrava, o prémio económico decresce. Nos seguros de vida em caso de vida a equação será contrária. Durante a vida do contrato o valor do prémio económico capaz de nivelar o prémio comercial é diferente e corresponde a diferentes responsabilidades entre as partes. A seguradora deverá gerir este prémio económico e se possível capitalizá-lo, daí podermos dizer que este valor corresponde à provisão matemática do ramo vida, que a cada momento é a diferença entre os valores atuais do capital a pagar no final do contrato e o somatório dos prémios vincendos.

G) Provisão para compromissos de taxa

*... deve ser constituída relativamente a todos os seguros e operações do ramo vida em que existe uma garantia de taxa de juro.*

H) Provisão para estabilização de carteira

*... deve ser constituída relativamente aos contratos de seguro de grupo, anuais renováveis, garantindo como cobertura principal o risco de morte, com vista a fazer face ao agravamento do risco inerente à progressão da média etária do grupo seguro, sempre que aqueles sejam tarifados com base numa taxa única, a qual, por compromisso contratual, se deve manter por um certo prazo.*

Se pensarmos nas apólices de seguro de vida associadas ao crédito à habitação percebemos o que atrás foi exposto. Os bancos contratam com as seguradoras apólices de vida grupo para garantirem os créditos concedidos, a taxas negociadas, mas nem todas as pessoas seguras têm a mesma idade e por isso poderá haver necessidade de constituir este tipo de provisão.

I) Provisão para participação nos resultados

*...inclui os montantes destinados aos segurados ou aos beneficiários dos contratos, sob a forma de participação nos resultados, desde que tais montantes não tenham sido já distribuídos, nomeadamente mediante inclusão nas provisões matemáticas.*

### 3.2.2. Outras operações do exercício

As provisões técnicas são contabilisticamente a maior obrigação operacional das seguradoras, pois são o garante do negócio, no entanto, tal como outras empresas, as seguradoras também suportam outros custos inerentes ao seu normal funcionamento, dado que também adquirem equipamento, constituem outras provisões e reservas, fazem aplicações financeiras e de capital, sendo todas as operações registadas em contas próprias como legalmente se exige.

Na tabela seguinte podemos ver o quadro resumo das classes de contas do Sistema de Normalização Contabilística e do Plano de Contas para as Empresas de Seguros:

**Tabela 2 – Planos de Contabilidade**

<b>Classes</b>	<b>SNC</b> Sistema de Normalização Contabilística (Decreto-Lei nº 158/2009 de 13 de Julho)	<b>PCES</b> Plano de Contas para as Empresas de Seguros (Norma nº 20/2007-R de 31 de Dezembro)
1	Meios Financeiros e Líquidos	Capitais Próprios e Equiparados
2	Contas a Receber e a Pagar	Investimentos e Outros Activos Financeiros, Tangíveis e Intangíveis
3	Inventários e Activos Biológicos	Provisões Técnicas
4	Investimentos	Outros Activos e Passivos
5	Capital, Reservas e Resultados Transitados	Caixa e Equivalentes
6	Gastos	Custos, Gastos e Perdas
7	Rendimentos	Rendimentos e Ganhos
8	Resultados	Resultados
9	Contabilidade Analítica	Contabilidade de Custos
0		Contas Extrapatrimoniais

Fonte: DL nº 158/2009, de 13 de Julho

Norma ISP nº 20/2007-R, de 31 de Dezembro

#### A) Repartição às funções e aos ramos

A contabilidade de custos nos seguros é acima de tudo uma contabilidade analítica, tendo como objetivo associar todas as operações às chamadas funções, senão diretamente por vida indireta através de tabelas de imputação dos custos às funções e destas aos ramos. Esta prática possibilita diferenciar as operações técnicas de cada ramo (vida e não vida, assim como dos diferentes sub ramos explorados pelas seguradoras) e as operações não técnicas transversais a todos os ramos. As funções de que falamos são:

- função sinistros;
- função exploração, que engloba a função aquisição e administrativa;
- função investimento.

Todos os custos de funcionamento de uma empresa são registados em contas da classe 6 – *Custos, Gastos e Perdas*, nas seguintes contas:

- Custos com sinistros (contas 60)
- Variação das outras provisões técnicas (contas 61)
- Participação nos resultados (contas 62)
- Custos de e gastos de exploração (contas 63)
  - ✓ Custos de aquisição (contas 630)
  - ✓ Variação dos custos de aquisição diferidos (631)
  - ✓ Gastos administrativos (contas 632)
- Gastos de investimentos (contas 64)
- Perdas em investimentos (contas 65)
- Perdas por imparidade (contas 66)
- Perdas e gastos em passivos financeiros (contas 67)
- Custos por natureza a imputar (contas 68)
- Outros gastos (contas 69)

Do confronto entre as funções conhecidas e a natureza dos custos conclui-se que a contabilização às funções e aos ramos é direta para algumas operações, como por exemplo os custos com o pagamento de sinistros e com as comissões de mediação e angariação que são, respetivamente, custos da função sinistros e da função aquisição de cada ramo de negócio, mas não é assim tão linear quando falamos de custos com pessoal, custos com fornecimento e serviços externos ou mesmo custos com investimentos, até porque um departamento ou setor da empresa contribui simultaneamente para várias funções e ramos. O processo de registo direto seria complicado e moroso e não traria ganhos acrescidos, por isso na atividade seguradora todos os custos, gastos e perdas que não possam ser diretamente imputáveis à

respetiva função, são em primeiro lugar contabilizados nas contas 68 – *Custos e gastos por natureza a imputar*, com as seguintes subdivisões:

- 680 – Custos com Pessoal – são contas que registam os custos com as remunerações e respetivos encargos do pessoal e órgãos sociais da empresa, bem como os custos com seguros de acidentes de trabalho e de saúde do pessoal, medicina no trabalho, formação, pensões e outros custos sociais;
- 681 – Fornecimento e Serviços Externos – contas de registo dos custos de funcionamento da empresa como aquisições dos seguintes bens e serviços: água, luz, comunicações, publicidade, rendas e alugueres, avenças e honorários, seguros, trabalhos especializados (consultorias, auditorias), deslocações, etc.
- 682 – Impostos e Taxas – regista os impostos suportados pela empresa e pagos ao Estado e a outros organismos públicos, como por exemplo os custos com as Cartas Verdes pagos ao ISP;
- 683 – Amortizações do exercício – registam o custo referente ao desgaste sofrido pelo equipamento da empresa.
- 684 – Provisões – registo de outras provisões que não as provisões técnicas, como por exemplo provisões para contingências fiscais;
- 685 – Juros suportados – englobam os juros suportados pela empresa por créditos obtidos ou outro tipo de financiamento;
- 686 – Comissões - inclui os encargos financeiros como comissões bancárias por gestão de investimentos, gestão de contas bancárias mas não inclui as comissões de mediação, angariação e corretagem suportadas com os mediadores e/ou corretores.

Todas estas contas se transformam em custos com sinistros, de exploração ou investimento através da imputação e por esse efeito as contas de custos por natureza têm saldo zero na conta de ganhos e perdas da seguradora. O quadro abaixo é exemplo disso:

**Quadro 6 – Demonstração de custos por natureza imputados às funções**

<b>Custos do Departamento de Marketing da Empresa X</b>			
	Conta	Custos por Natureza	
	680*	Remunerações	1.000 €
	681*	Custos c/ Publicidade	200 €
			<b>1.200 €</b>
		Contas de Imputação	
	6809	Custos c/ Pessoal	-1.000 €
	6819	FSE	-200 €
			<b>-1.200 €</b>
		<b>Total dos Custos p/natureza a imputar</b>	<b>0 €</b>
<b>Tabela Imputação às Funções</b>			
Sinistros	5%	Custos c/ Sinistros	<b>60 €</b>
Exploração		Custos de Exploração	
Aquisição	80%	de aquisição	<b>960 €</b>
Administrativa	14%	administrativos	<b>168 €</b>
Investimento	1%	Custos com Investimentos	<b>12 €</b>
		<b>Total de custos Técnicos</b>	<b>1.200 €</b>

Fonte: Elaborado pela autora

De salientar ainda que o ISP obriga as seguradoras através de mapa próprio a divulgarem os critérios de imputação aos ramos e às funções, em todos os encerramentos do exercício e sempre que detetar alguma irregularidade. Estes critérios de imputação têm grande importância nas rentabilidades técnicas dos ramos e podem ser determinantes nas relações com resseguradores e outros parceiros de negócio e até na comparação de resultados entre as várias companhias.

#### B) Ajustamentos e outras provisões

Estes ajustamentos e provisões são contabilizados na conta 49 – *Ajustamentos e outras provisões* por contrapartida de custos – conta 6912 – *Ajustamentos do exercício* ou conta 684 – *Outras Provisões*, e trata-se respetivamente de:

- Ajustamentos de recibos por cobrar – são considerados ajustamentos específicos da atividade seguradora e destinam-se a corrigir eventuais riscos de cobrança de recibos de prémios; são aceites fiscalmente e regulamentados por norma do ISP (Norma nº

16/2006-R, de 28 de Dezembro). As seguradoras calculam anualmente estes montantes e estão obrigadas a submeter ficheiro ao ISP com a evidência dos cálculos;

- Ajustamentos de créditos de cobrança duvidosa – destinam-se a fazer face a riscos de cobrança de dívidas de terceiros, excluindo os ajustamentos de recibos por cobrar. Pretendem ajustar valores registados no ativo e que estão em mora, como por exemplo recibos de reembolso de sinistros de terceiros (norma nº30/95-R do ISP de 28 de Dezembro, com alterações posteriores). A sua aceitação em termos fiscais é a prevista no artigo 35º do CIRC;
- Outras provisões – pretendem registar responsabilidades de natureza específica e provável, não incluindo valores que se destinem a corrigir elementos do ativo e podem ser, por exemplo, provisões para impostos ou provisões para pensões de reforma ou pré-reforma. Destinam-se a acautelar futuros custos e por norma não são aceites fiscalmente.

### **3.3. A margem de solvência e o fundo de garantia**

Juntamente com as provisões técnicas, a margem de solvência e o fundo de garantia constituem as restantes garantias financeiras impostas às seguradoras a operar no mercado de acordo com o art. 68º do Decreto-Lei nº 94-B/98, de 17 de Abril.

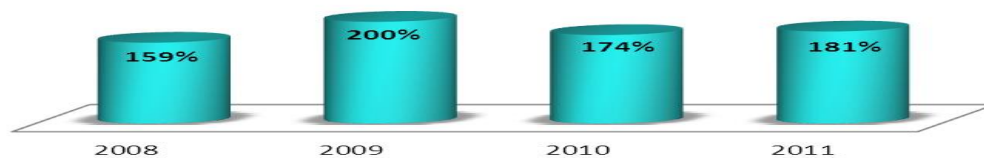
Todas as seguradoras a operar em Portugal *“...devem ter uma margem de solvência suficiente em relação ao conjunto das suas atividades (...) que corresponde ao seu património, livre de toda e qualquer obrigação previsível e deduzido dos elementos incorpóreos”*, de acordo com o art. 98º do DL nº 94-B/98.

Para além de margem de solvência, as seguradoras devem *“...dispor e manter um fundo de garantia que faz parte integrante da margem de solvência e que corresponde a um terço do seu valor, não podendo, no entanto, ser inferior aos limites fixados nos termos dos números seguintes”*, conforme art. 102º do DL nº 94-B/98. Neste momento os limites referidos fazem parte da Circular nº3/2012 de 19 de Abril do ISP e variam entre os € 1.850.000 e os € 3.700.000, consoante a forma jurídica da empresa de seguros a laborar em Portugal.

O cálculo da margem de solvência é feito em separado para os ramos vida e não-vida em mapa próprio do ISP, de acordo com a Norma Nº6/2007-R, de 27 de Abril resultando daí um valor que depende essencialmente dos prémios retidos (método dos prémios) ou do valor médio dos sinistros (método dos sinistros). O valor mais elevado de entre os dois deverá estar coberto por capitais próprios e a *ratio* entre eles dá a medida da solidez financeira da seguradora. Dado que apenas o património livre da seguradora serve para medir a solvência da empresa, qualquer situação de

recurso a crédito para aumentar os ativos da empresa não vem colmatar esta insuficiência, dado que aumenta o passivo em igual valor não alterando a situação líquida da empresa. Por isso é necessário que as empresas de seguros tenham as suas tarifas adequadas aos riscos que assumem e, mais importante ainda, ter provisões técnicas bem calculadas e representadas já que estas, para além de garantia financeira, são ainda parâmetro de cálculo da solvência da seguradora.

De acordo com dados da Associação Portuguesa de Seguradores (APS) no ano de 2011, a margem de solvência exigida para o mercado segurador português era de aproximadamente 2,2 milhões de euros e os elementos disponíveis de capital de quase 4 milhões de euros, pelo que o rácio de solvência total se aproximava dos 181%. No quadro abaixo podemos ver a evolução deste rácio desde 2008:



---

Fonte: Associação Portuguesa de Seguradores, 2012

Segundo a mesma fonte, a subida de 7 pontos percentuais em 2011 face a 2010 deveu-se essencialmente aos rácios conseguidos nos ramos não-vida uma vez que estes produtos são menos sensíveis aos mercados financeiros e por isso os capitais exigíveis mantiveram-se estáveis face a 2010.

A margem de solvência e o fundo de garantia não estão contabilizados em nenhuma conta da empresa, fazendo o seu cálculo parte de práticas normais da empresa e alvo de reporte ao ISP, como organismo de supervisão e controlo que é. Sempre que qualquer uma das garantias financeiras exigidas às seguradoras seja insuficiente estão previstos mecanismos de recuperação dado que em última instância podem estar em causa as obrigações contratuais dos contratos de seguros bem como o normal funcionamento do mercado. A insuficiência das garantias financeiras também está prevista na lei (art. 109º e seguintes do DL nº 94-B/98) e pode determinar a aplicação de uma ou todas as medidas abaixo descritas:

<b>Insuficiência das garantias financeiras</b>	<b>Solução</b>	<b>DL nº 94-B/98</b>
Provisões técnicas	. incorreções ou insuficiência no cálculo das provisões técnicas, requerem retificações das mesmas;	Art. 110º, nº 1
	. insuficiência de ativos a representar as provisões técnicas, requer a apresentação ao ISP de um plano de financiamento a curto prazo.	Art. 110º, nº 2
Margem de solvência	. situações de insolvência, ainda que temporárias, requerem a apresentação ao ISP de um plano de recuperação, com vista ao reestabelecimento da situação financeira da empresa.	Art. 111º
	. em princípio ser-lhe-ão aplicadas medidas para melhorar as provisões técnicas e a sua representação.	Art. 110º, nºs 1 e 2
Fundo de garantia	. se não atingir o limite mínimo fixado deve submeter ao ISP um plano de financiamento a curto prazo	Art. 113º
	. em princípio ser-lhe-ão aplicadas medidas para melhorar as provisões técnicas e a sua representação.	Art. 110º, nºs 1 e 2

Fonte: DL nº 94-B/98, de 17 de Abril

O incumprimento das soluções referidas pode originar a suspensão da autorização para a celebração de novos contratos de seguros ou mesmo a revogação, total ou parcial, da autorização da atividade seguradora.

### 3.3.1. Solvência II

O regime de prudência conferido pela margem de solvência e fundo de garantia a que agora se chama "Solvência I" resume-se a um cálculo que depende do volume de prémios retidos ou do valor das provisões técnicas, como já vimos. Mas a atividade seguradora está sujeita a outros riscos que resultam basicamente da singularidade do seu ciclo produtivo, isto é, da obtenção *a priori* de somas avultadas de capital que permanecem na empresa até à ocorrência do sinistro, e que podem levar a riscos de tarificação, de gestão ou até fraudes (Alves, 2012).

Com o objetivo de introduzir aspetos qualitativos e de transparência no sistema de solvência das seguradoras foi criado há cerca de dez anos o projeto "Solvência II". Este projeto europeu, propõe aumentar a proteção dos tomadores de seguros e beneficiários, reforçar a competitividade das seguradoras da união europeia e permitir uma melhor afetação de capital com base em três pilares (ISP, 2006):

- 1) Pilar I - consiste num cálculo quantitativo que relaciona provisões técnicas, investimentos e requisitos de capital. Neste pilar temos por um lado:
  - a. uma avaliação consistente dos ativos e passivos: ativos avaliados ao justo valor e provisões técnicas consistentes com a informação fornecida pelos mercados financeiros e com informação disponível sobre os riscos específicos de seguros;

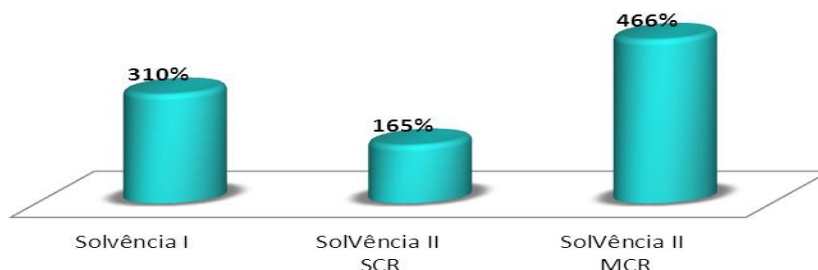


- b. dois níveis de requisitos de capital: requisito mínimo de capital – MCR (*Minimum Capital Required*) e o requisito de capital para o nível de solvência integral – SCR (*Solvency Capital Required*). O MCR corresponde ao mínimo de fundos próprios abaixo do qual uma empresa de seguros apresenta um risco excessivo de perda de direitos e benefícios para os seus tomadores de seguros, segurados e beneficiários e implica ações por parte do órgão de supervisão. O SCR constitui o principal indicador de solvabilidade porque integra no seu cálculo todos os riscos quantificáveis a que uma seguradora pode estar exposta (riscos específicos de seguros, risco de mercado, risco de crédito, risco operacional) e mede o nível de capital que permite absorver perdas significativas, com um grau de confiança elevado para determinado período de tempo.
- 2) Pilar II – este pilar diz respeito aos requisitos qualitativos e ao processo de supervisão. É complementar ao pilar I pois permite a avaliação interna do perfil de risco, a introdução de mecanismos de gestão de risco e controle interno para uma maior avaliação dos riscos e do cálculo de requisitos de capital e prevê ainda o processo de revisão pelo supervisor;
  - 3) Pilar III – aborda a questão relativa à divulgação da informação à supervisão, aos tomadores de seguros e ao mercado.

O projeto Solvência II exige que as seguradoras revejam os produtos que vendem, as tarifas que praticam, a própria divulgação da informação e adequem os capitais aos riscos que assumem, mitiguem esses riscos através de tratados de resseguro, por exemplo, ou da compra de ativos que os caucionem, adotem princípios económicos saudáveis na avaliação de ativos e passivos, como o justo valor, e reconheçam os efeitos da diversificação dos riscos.

O projeto Solvência II vai permitir passar de uma abordagem puramente quantitativa para uma análise também qualitativa em que as empresas terão de fornecer não só ao supervisor mas também ao mercado dados sobre o que comercializam, sobre os riscos que assumem e o capital necessário para responderem perante a concretização desses riscos. Existe uma comissão técnica na união europeia, a Autoridade Europeia dos Seguros e Pensões Complementares de Reforma (EIOPA), que deu os primeiros passos no sentido de saber qual o impacto que teria a nova abordagem deste projeto no mercado segurador europeu. Dado tratar-se de uma abordagem bastante diferente da anterior, o projeto tem sido alvo de vários estudos de impacto, os chamados QIS (*Quantitative Impact Study*) e também de várias revisões de calendário sobre a sua entrada em vigor, sabendo-se já que não entrará em vigor a 1 de Janeiro de 2013, mas sim em Janeiro de 2014, de acordo com a proposta da Comissão Europeia de 16 de Maio último (*European Commission*, 2012), aprovada no Parlamento Europeu a 3 de Julho de 2012. Uma das grandes dúvidas deste projeto é a de se saber quais as seguradoras que se manterão sólidas no mercado, se a entrada em vigor do projeto implicará fusões de empresas, necessidades de planos de financiamento de outras ou até extinção de algumas.

Em Março de 2011, o EIOPA divulgou os resultados finais do QIS 5 a nível europeu, demonstrando que os rácios, embora menores quando comparados com os do Solvência I, apresentam níveis bastante reconfortantes de solvabilidade, como se pode ver no quadro abaixo:



---

Fonte: Associação Portuguesa de Seguradores, 2012

Relativamente ao mercado segurador português o QIS 5 aponta para rácios de solvência médios na ordem dos 140%, em 2011, também mais baixos do que os calculados no atual regime de solvência que era em 2011 da ordem dos 181%.

### **3.4. Papel das seguradoras no ciclo económico – transformação do prémio em investimentos**

O papel das seguradoras no desenvolvimento económico e social revela-se de várias formas. A que reúne maior consenso e destaque é a de proteção às empresas e famílias contra infortúnios a que estão sujeitas e cujas consequências as seguradoras ajudam a superar ou minimizar, servindo muitas vezes de grandes impulsionadores na recuperação da atividade.

Através da venda dos seus seguros, as seguradoras assumem responsabilidades em áreas tão distintas como a saúde, a educação, a reforma e a segurança, partilhando responsabilidades sociais com o setor público e contribuindo também para dinamizar setores privados.

A gestão das poupanças individuais de longo prazo, particularmente as destinadas às reformas tem sido também uma tarefa onde as seguradoras se têm vindo a especializar.

Mas a importância do sector segurador destaca-se principalmente pela sua qualidade de grande investidor institucional, canalizando para o financiamento da economia as volumosas poupanças que decorrem intrinsecamente da aquisição de seguros.

As regras a que a atividade seguradora está sujeita em termos de provisionamento das responsabilidades assumidas obrigam as seguradoras a representar essas responsabilidades em

ativos de investimento, desempenhando as seguradoras, por esta via, um papel de grande relevo no financiamento das empresas e do Estado, sobretudo através do investimento em instrumentos de dívida por eles emitidos. O quadro abaixo espelha a situação atrás exposta em Portugal de 2008 a 2011 relativamente ao produto interno bruto (PIB) e ao número de habitantes.

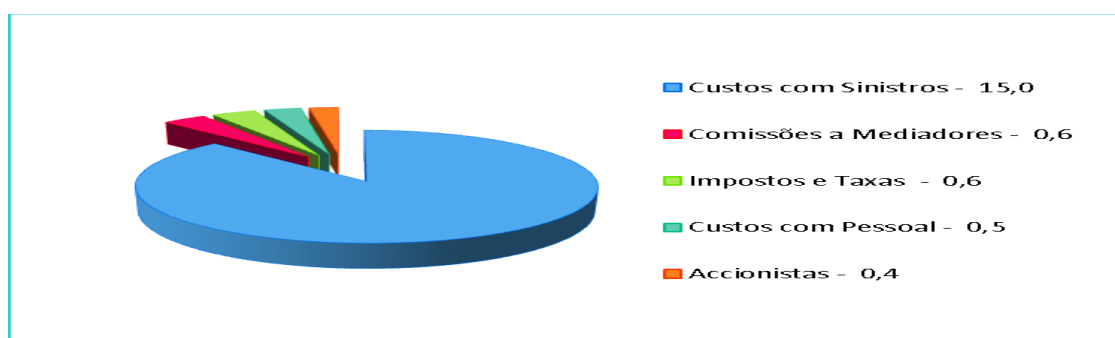
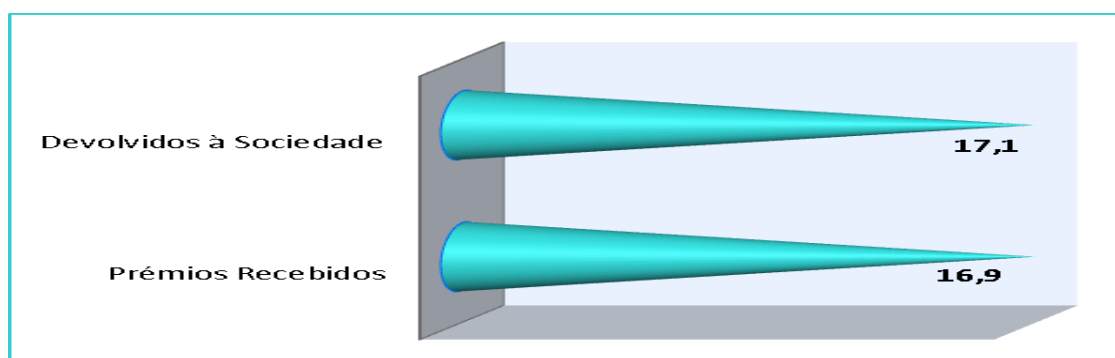
**Quadro 7 - Activos de Investimento e Prémios de Seguro Direto relativamente ao PIB em Portugal**

	2008	2009	2010	2011	Δ 09/08	Δ 10/09	Δ 11/10
Activos de Investimento / PIB	29,5%	34,1%	33,9%	30,5%	4,4 pp	0,2 pp	-3,4 pp
Prémios Seg. Directo / PIB	8,9%	8,6%	9,5%	6,8%	-0,3 pp	0,8 pp	-2,6 pp
Ramo Vida	6,4%	6,2%	7,1%	4,4%	-0,2 pp	0,9 pp	-2,6 pp
Ramo Não Vida	2,5%	2,5%	2,4%	2,4%	0,0 pp	-0,1 pp	0,0 pp
Prémios Seg. Directo / Nº Habitantes	1.442	1.363	1.536	1.105	-5,4%	12,7%	-28,1%
Ramo Vida	1.035	975	1.144	713	-5,8%	17,3%	-37,7%
Ramo Não Vida	406	388	392	391	-4,5%	1,0%	-0,1%

Fonte: Associação Portuguesa de Seguradores (APS), Banco de Portugal e Instituto Nacional de Estatística

A gestão eficiente das carteiras de investimento e os resultados gerados permitem às seguradoras devolver à economia, sob a forma de indemnizações, comissões, ordenados, pagamentos a terceiros, a fornecedores, ao Estado e a outros organismos, valores idênticos aos que recebem dos tomadores de seguros.

Nos gráficos abaixo pode ver-se, para o ano de 2010, os montantes recebidos e devolvidos bem como a estrutura dos valores devolvidos em milhões de euros:



Fonte: Associação Portuguesa de Seguradores (APS), Indicadores de Mercado 10-11

### 3.4.1. Investimentos das seguradoras

A atividade seguradora assume um grande volume de responsabilidades que está obrigada a provisionar de modo a responder perante os tomadores de seguros e/ou beneficiários dos contratos. As provisões técnicas, como se viu, são o meio para atingir aquele fim, no entanto a solução não é assim tão simples, isto é, não basta uma operação contabilística para garantir um bom nível de provisionamento ou a solvabilidade da empresa. Como vimos, as provisões técnicas são a principal rubrica do passivo das seguradoras mas, a par das provisões técnicas, as seguradoras estão obrigadas a afetar ativos que serão mobilizados em caso de necessidade – esses ativos são os investimentos necessários que as seguradoras fazem para representar as provisões técnicas e simultaneamente financiarem a economia. Existe assim uma relação direta entre provisões técnicas (passivos) e investimentos (ativos) que está inscrita na lei, obrigando as seguradoras à prudência no investimento e ao reporte constante ao organismo supervisor (ISP).

As operações de investimento numa seguradora assumem grande destaque não só porque estão diretamente relacionadas com as provisões técnicas e por isso têm impacto no resultado técnico dos produtos e das seguradoras, mas também devido aos valores que estão em causa. Qualquer investidor visa obter dos seus investimentos segurança, rentabilidade e liquidez. No entanto, na atividade seguradora exige-se acima de tudo segurança e prudência na hora de se investir (Santos, 2007), pois estes valores pertencem aos tomadores de seguros e/ou beneficiários dos contratos e com a participação do sinistro ter-lhe-ão de ser devolvidos, estabelecendo por isso o ISP a natureza, os limites e os critérios de valorização dos investimentos, conforme Norma Regulamentar nº 13/2003-R de 17 de Julho, com as alterações sofridas pela Norma Regulamentar nº 13/2011-R, de 26 de Maio.

Toda a carteira de investimentos é contabilizada em contas da classe 2 *Investimentos e Activos Financeiros, Tangíveis e Intangíveis* e depois separada consoante são investimentos afetos às provisões técnicas (dos ramos vida ou não vida) ou investimentos não afetos (livres) e ainda consoante os critérios de valorização daqueles investimentos.

As seguradoras estão obrigadas a divulgarem nas suas contas, em anexo próprio, o inventário de participações e instrumentos financeiros que detêm à data de encerramento das contas e também os critérios de reconhecimento e mensuração desses investimentos. Os investimentos podem ser, de acordo com a “IAS 32 Instrumentos Financeiros – Divulgação e Apresentação”:

- primários – dívidas a receber, dívidas a pagar e títulos de capital próprio;
- e derivados – abrange os futuros, as opções financeiras, os forwards, os swaps de taxa de juros e os swaps de divisas.

De acordo com os critérios de valorização enumerados na “IAS 39 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração” os investimentos podem ser classificados como:

- ativos financeiros ao justo valor por via de ganhos e perdas – os ajustamentos ao justo valor destes investimentos é sempre reconhecido em ganhos e perdas afetando o resultado do exercício;
- ativos financeiros disponíveis para venda – estes investimentos são avaliados ao justo valor sendo os ajustamentos de justo valor transferidos para reservas de reavaliação (conta da classe 11) não afetando o resultado do exercício mas sim a situação líquida da empresa;
- empréstimos concedidos e contas a receber – são ativos criados na empresa ao fornecer dinheiro, bens ou serviços a um devedor quando a intenção não é vender e podem ser depósitos, empréstimos hipotecários, sobre apólices, contas a receber. Estas operações podem ser classificadas como de negociação, até à maturidade ou disponíveis para venda;
- ativos financeiros a deter até à maturidade – são ativos não derivados, com pagamentos fixos ou determináveis, com vencimentos fixos ou determináveis relativamente aos quais a empresa tenha capacidade de os deter até à sua maturidade, como por exemplo obrigações. Estes investimentos são muitas vezes avaliados ao custo amortizado, isto é, o reconhecimento em resultados é feito ao longo da vida do ativo através da diferença entre o valor de aquisição e o valor de reembolso. A desmobilização de um ativo deste tipo de carteira é possível mas prevê que todos os restantes ativos sejam classificados ao justo valor durante o exercício da venda ou nos dois seguintes.

Tanto a valorização ao justo valor como ao custo amortizado requerem que as seguradoras utilizem formas de custeio seguras, consistente e atualizadas. Mais uma vez o ISP impõe normas para valorização dos títulos como sejam as cotações em bolsa para títulos negociáveis em bolsa, as taxas de câmbio publicadas diariamente pelo Banco de Portugal para títulos expressos em moeda estrangeira, e uma série de critérios para títulos não negociáveis em bolsa, como o valor das ofertas de compra divulgados para o mercado.

Com a aplicação das normas internacionais de contabilidade ao plano de contas das empresas seguradoras surgiu também um novo critério de valorização aplicado aos investimentos das seguradoras: as imparidades. De acordo com a “IAS 36 – Imparidade de Ativos”, um ativo está em imparidade quando o seu valor contabilístico for substancialmente superior ao seu valor recuperável. Isto significa que ocorreu algo de anormal ao ativo e que não se prevê a recuperação do valor do mesmo nem a possibilidade de obter qualquer ganho com a sua venda ou uso. Assim a empresa vê-se obrigada a reconhecer uma imparidade, que não poderá reverter se forem investimentos em ações classificados como disponíveis para venda e que fiscalmente não é aceite como custo. A partir do momento em que contabiliza a imparidade, numa conta *66 Perdas por Imparidade*, os títulos passam a ter outro valor histórico e a ser avaliados a partir desse valor.

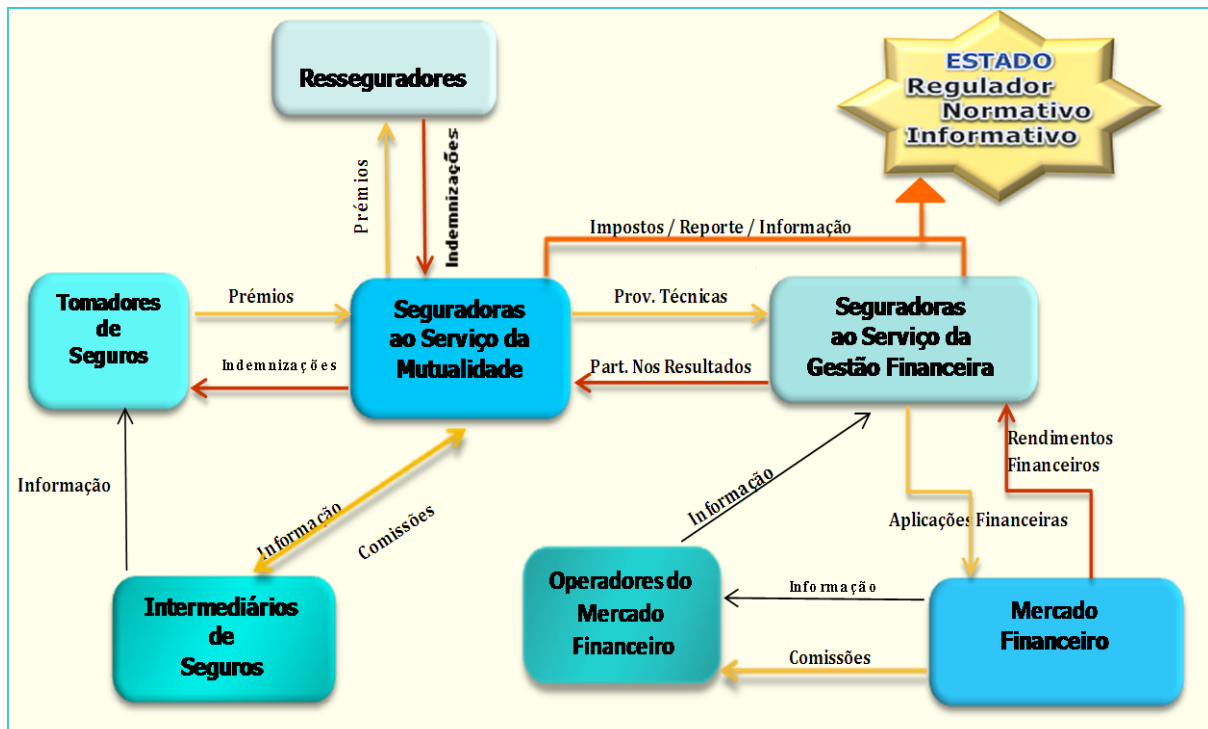
No atual momento e no contexto europeu as seguradoras têm vindo a ser penalizadas com alguns dos investimentos que são obrigadas a fazer, nomeadamente em títulos de dívida soberana de países que atravessam problemas nas suas economias como é o caso da Grécia e de Portugal (Jornal i, 2012). As seguradoras que detinham, por exemplo, títulos de dívida pública grega viram-se obrigadas a reconhecer perdas por imparidade nos seus resultados uma vez que esses títulos perderam para sempre parte do seu valor, por isso hoje há quem coloque em dúvida as regras que obrigam a investir uma percentagem em obrigações soberanas, uma vez que esses títulos também já têm uma componente de risco associada (Gago, 2012). Também a desvalorização da dívida pública portuguesa em 2011 contribuiu para o acumular de perdas financeiras nas seguradoras portuguesas, uma vez que segundo a APS esses títulos representavam em 2010 cerca de 10% da carteira de investimentos do mercado segurador português. Por outro lado, as desvalorizações elevadas dos mercados bolsistas dos últimos anos provocaram também perdas nos capitais próprios, ao afetar as reservas de justo valor das seguradoras, dado que as perdas potenciais dos instrumentos financeiros estão contabilizadas nas reservas até à venda desses investimentos. O peso das obrigações na estrutura da carteira total de investimentos do mercado segurador português é evidente desde 2009 como se pode ver no quadro abaixo:

**Quadro 8 - Composição da Carteira de Investimento do Mercado Segurador Português**

	2009	2010	2011	Δ 10/09	Δ 11/10
Ações	2,9%	3,3%	2,5%	14,2%	-23,7%
Depósitos Bancários	8,3%	8,1%	10,7%	-2,4%	31,7%
Derivados	0,6%	0,6%	0,5%	8,3%	-18,1%
Imóveis	1,9%	1,8%	2,0%	-4,6%	10,3%
Obrigações	65,6%	68,2%	71,0%	4,0%	4,1%
Outros Ativos	0,0%	0,6%	0,0%	1221,2%	-93,7%
Produtos Estruturados	13,2%	9,4%	4,7%	-28,6%	-49,0%
Unidades de Participação FUI	7,5%	8,0%	8,6%	5,8%	7,6%
<b>TOTAL</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>		

Fonte: Associação Portuguesa de Seguradores (APS 2012)

Iniciámos este trabalho com o prémio de seguro e terminamos com os investimentos, porque a atividade seguradora tem essa virtude: a de transformar prémios em investimentos e estabelecer fluxos monetários e informativos entre os vários intervenientes do seu processo produtivo, como se vê no esquema seguinte:



Fonte : Elaborado pela autora (com base em Peixoto, 2008)

#### 4. REPORTE

A contabilidade pretende dar a conhecer o valor patrimonial das empresas, a situação financeira e o apuramento dos resultados das empresas em cada momento através da quantificação e do registo de todos os fluxos económicos e financeiros que afetam diariamente aqueles valores. Todo este processo é efetuado com base em normas contabilísticas provenientes dos organismos de supervisão de cada atividade (no caso das seguradoras o ISP) e das Normas Internacionais de Contabilidade em vigor, dando origem a uma série de documentação e informação que os agentes económicos utilizam nas suas avaliações que determinam as suas escolhas e opções. Esta informação ou conjunto de informação em última instância culmina nas demonstrações financeiras que englobam:

- Balanço;
- Demonstração de Resultados (Conta de Ganhos e Perdas, na atividade seguradora);
- Demonstrações de Fluxos de Caixa;
- Demonstração da variação do Capital Próprio;
- Anexo ao Balanço é à Demonstração de Resultados ( à conta de Ganhos e Perdas, na atividade seguradora);

e que são preparadas geralmente no final de cada exercício (que pode ou não coincidir com o ano civil) e divulgadas após três meses do encerramento, de acordo com nº 5 do art. 65º do Código das Sociedades Comerciais, com as atualizações dadas pelos Decretos Lei nºs. 328/95 de 09 de Dezembro e 76-A/2006 de 29 de Março.

O objetivo das demonstrações financeiras está também escrito no PCES e diz que estas devem *"...proporcionar informação acerca da posição financeira, do desempenho financeira e dos fluxos de caixa de uma empresa, que seja útil a um vasto leque de utentes na tomada de decisões económicas. No caso das empresas de seguros essa informação é utilizada, nomeadamente, pelos acionistas e potenciais investidores, pelos tomadores de seguros e pelo público em geral"*.

Para além de todo o normativo contabilístico adjacente às demonstrações financeiras, as seguradoras contam ainda com a ajuda de entidades externas e independentes que aferem a credibilidade das demonstrações financeiras e que são os revisores oficiais de contas (ROC). Estes profissionais auditam as contas das empresas, garantem a veracidade das demonstrações financeiras e o cumprimento das normas e princípios contabilísticos, dando origem à emissão da certificação legal de contas. Nas seguradoras, os auditores têm a função de certificarem as contas, mas também de certificarem a margem de solvência, a representação das provisões técnicas, as políticas de investimento e os modelos internos de gestão de risco operacional e de controlo interno, ou seja, os procedimentos em vigor nas seguradoras para mitigarem riscos de índole qualitativos impostos pela Solvência II.



Os departamentos contabilísticos das seguradoras e das empresas em geral estão familiarizados com a produção de mapas e com o seu reporte tanto aos gestores e acionistas, como aos organismos de supervisão até ao público em geral. As seguradoras apresentam ao ISP, em cada encerramento de contas, por submissão *on line* no seu portal os seguintes mapas:

- Contas da empresa seguradora (ES) que inclui
  - Balanço
  - Demonstração de Variações de Capital
  - Conta de Ganhos e Perdas por ramos
  - Notas ES
  - Imputação
- Investimentos ES;
- Solvência Es;
- Provisões Técnicas e análise técnica dos ramos vida e/ou não vida:
  - Provisão para Riscos em Curso;
  - Provisão para Sinistros, etc
- Resseguro:
  - Capitais seguros;
  - Contas dos resseguradores;
  - Resseguro Cedido Tratados;
- Mediadores:
  - Remuneração dos mediadores;
- Reclamações:
  - Relatório de Gestão de Reclamações;
  - Reclamações Encerradas.
- Pensões ES
- Pessoal da Actividade.

Os mapas submetidos ao ISP são também auditados pelo revisor oficial de contas e enviado parecer ao órgão de supervisão. Para além do reporte anual existe ainda o reporte trimestral e o ocasional. No reporte trimestral são submetidos ao ISP os seguintes mapas:

- Variáveis trimestrais – este mapa analisa as contas de prémios adquiridos e custos com sinistros do seguro direto e do resseguro cedido e aceite;
- Investimentos ES;
- Solvência ES.

O reporte ocasional ocorre quando o ISP pretende controlar alguma variável em concreto como foram os investimentos em 2011 devido às oscilações no mercado de capitais e por isso solicitou reporte do mapa “Investimentos ES” e “Solvência ES”, ou então quando pretende acompanhar a

evolução de um ramo de negócio e, nesse caso, solicita o mapa referente à análise das provisões técnicas. O ISP pode também solicitar *off site* reportes próprios ou descrição dos procedimentos para certos ramos ou áreas de atividade e ainda acompanhar *in loco* a atividade da seguradora durante um período.

O relatório de contas inclui geralmente todos os documentos reportados, a certificação legal de contas o parecer do fiscal único (se o houver) o relatório de gestão e ainda os relatórios sobre risco operacional e controlo interno, é público e, hoje em dia, publicado *on line* nos *sites* das empresas, estando assim para todos “à distância de um clique”. Veja-se apenas como exemplo os *sites* <https://www.cgd.pt/Corporativo/Pages/Grupo-CGD.aspx> e <http://www.tranquilidade.pt/>, onde estão disponíveis os relatórios e contas de todas as seguradoras do grupo CGD e da Companhia de Seguros Tranquilidade, SA, respetivamente.

#### **4.1. Reporte fiscal**

Para além das normas contabilísticas existem também as regras fiscais cujo objetivo é a cobrança de impostos e de outras receitas. Paralelamente ao reporte das demonstrações financeiras existe também o reporte fiscal, efetuado por via eletrónica no *site* da Autoridade Tributária e Aduaneira (ATD), [www.e-financas.gov.pt](http://www.e-financas.gov.pt) e do qual fazem parte:

- Modelo 22 – declaração de imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas; tem periodicidade anual e é submetida até 31 de Maio, para as empresas cujo encerramento de contas coincide com o ano civil; permite através dos ajustes fiscais chegar à matéria coletável e por último ao imposto a pagar;
- IES – informação empresarial simplificada; este formulário é constituído por vários anexos onde consta informação deste a identificação dos representantes legais da empresa, do técnico oficial de contas, passando pelas demonstrações financeiras, incluindo a certificação legal de contas emitida pelo ROC, até informação sobre volume de negócios da empresa, investimentos realizados, volume de negócios com clientes e fornecedores, com entidades relacionadas, impostos entregues ao Estado. Também tem periodicidade anual;
- Modelo 10 – declaração anual onde constam os impostos entregues ao Estado fruto de retenções na fonte em sede de IRS, IRC, taxas liberatórias, segurança social, quotizações sindicais;
- Modelo 37 – declaração anual para efeitos de benefícios fiscais aos titulares de seguros que sejam passíveis de deduções fiscais em sede de IRS;
- Obrigações Acessórias – podem ser por exemplo o Modelo 30, onde se declaram os impostos retidos na fonte a entidades estrangeiras com quem tivemos algum relacionamento.

No *site* da ATD faz-se também o reporte periódico dos impostos a entregar/pagar ao Estado por recolha eletrónica dos documentos únicos de cobrança (DUC), facilitando desta forma a reconciliação entre o reportado e o pago e por quem.

O resultado contabilístico é normalmente a base de partida para se chegar ao resultado fiscal, conforme estabelece o art. 17º do CIRC, considerando aquilo que por lei deve ser acrescentado e/ou diminuído por não ser aceite fiscalmente. As despesas confidenciais, as multas fiscais, os ajustamentos de dívidas a receber são exemplos de custos que não são aceites fiscalmente tal como a criação líquida de emprego ou as quotizações para associações empregadoras são exemplos de deduções com tratamento fiscal diferente do contabilístico.

O facto de existirem dois registos, o contabilístico e o fiscal, significa que existem diferenças entre os dois e modelos diferentes de passar de um a outro. As regras contabilísticas são internacionalmente aceites como vimos, mas as regras fiscais fazem parte da política fiscal de cada Estado (de cada Governo) e por isso diferentes, daí que as Normas Internacionais de Contabilidade tenham introduzido também uma norma de tratamento dos impostos, com o objetivo de colmatar aquelas diferenças. Trata-se da “IAS-12 – Imposto sobre o Rendimento” cujo objetivo é reconhecer o imposto (corrente ou diferido) no momento em que as transações que lhe dão origem ocorrem. Isto significa que a cada momento posso reconhecer dois tipos de imposto:

- o corrente – quando não há diferenças entre as normas contabilísticas e as normas fiscais;
- e o diferido – quando os valores dos ativos e dos passivos têm um valor contabilístico diferente do valor fiscal.

Esta norma possibilita a contabilização numa conta corrente de impostos – conta 4610 *Ativos e passivos por impostos diferidos*, por contrapartida de conta 871 *Impostos diferidos*, daquelas diferenças, que podem estar contabilizadas no capital próprio e na conta de ganhos e perdas, e podem ser:

*"Passivos por impostos diferidos são as quantias de impostos sobre o rendimento pagáveis em períodos futuros com respeito a diferenças temporárias tributáveis.*

*Activos por impostos diferidos são as quantias de impostos sobre o rendimento recuperáveis em períodos futuros respeitantes a:*

- (a) diferenças temporárias dedutíveis;*
- (b) o reporte de perdas fiscais não utilizadas; e*
- (c) o reporte de créditos tributáveis não utilizados.*

*Diferenças temporárias são diferenças entre a quantia escriturada de um activo ou de um passivo no balanço e a sua base de tributação. As diferenças temporárias podem ser:*

- (a) diferenças temporárias tributáveis, que são diferenças temporárias de que resultam quantias tributáveis na determinação do lucro tributável (perda fiscal) de períodos futuros quando a quantia escriturada do activo ou do passivo seja recuperada ou liquidada; ou*
- (b) diferenças temporárias dedutíveis, que são diferenças temporárias de que resultam quantias que são dedutíveis na determinação do lucro tributável (perda fiscal) de períodos futuros quando a quantia escriturada do activo ou do passivo seja recuperada ou liquidada.”*

Com a aplicação desta norma as empresas podem contabilizar impostos diferidos ativos sobre o prejuízo fiscal de um ano e utilizar esse saldo para pagar menos imposto nos anos seguintes (4 nos de acordo com o art. 52º do CIRC, alterado pela Lei nº 64-B/2011, 30 de Dezembro), isto é, beneficiar fiscalmente dos prejuízos fiscais anteriormente reportados e ter assim uma folga financeira. Os revisores oficiais de contas auditam os cálculos e as bases dos impostos diferidos e no que respeita aos prejuízos fiscais solicitam a demonstração sobre a sua recuperabilidade em tempo útil ou a sua perda para sempre.

## CONCLUSÃO

A atividade seguradora coloca à disposição no mercado, a privados e públicos, a particulares e empresas, vários ramos e modalidades de seguros com o objetivo de reduzir riscos aos agentes económicos e garantir segurança em virtude da ocorrência de eventos previstos nas apólices de seguro. A contratação de uma apólice tem um preço, ou seja, prevê o pagamento de um prémio, que está estritamente relacionado com o facto dos riscos seguros serem futuros e ocorrerem aleatoriamente a uma parte da população segura o que faz com que a atividade seguradora tenha um carácter mutualista – todos pagam antecipadamente para que alguns venham a ser recompensados no futuro.

No entanto, pelo facto de receberem antecipadamente os prémios de seguro face ao pagamento das indemnizações, as seguradoras têm em cada momento excessos de tesouraria que são legalmente obrigadas a investir, não só para garantir o financiamento futuro dos sinistros, mas também a sua solvabilidade, representando assim um importante papel de investidor no sistema económico e financeiro contribuindo para o financiamento de outros setores de atividade e do próprio Estado, pois no mercado financeiro, adquirem títulos de empresas mas também títulos públicos de dívida.

O mercado segurador é um mercado financeiro com regras próprias e bastante regulado; contudo esta regulamentação não protege as seguradoras contra todas as vicissitudes desse mercado financeiro a que pertencem. Os mercados, cada vez mais dinâmicos e competitivos (até à escala global) exigem às empresas uma maior flexibilidade e a adaptação constante à mudança que é, simultaneamente, geradora de oportunidades e ameaças. As seguradoras deparam-se com a necessidade de aplicarem ferramentas operacionais para dar resposta a clientes cada vez mais exigentes e, simultaneamente, com a necessidade de, cumprindo o normativo estabelecido para o setor, não comprometerem o objetivo final de qualquer organização que é a maximização do lucro.

No atual quadro macroeconómico, é possível que a obtenção de resultados razoáveis se complique, pois as medidas constantes do Orçamento de Estado de 2012 e as que constam da proposta de orçamento para 2013 têm implicações no rendimento disponível das famílias, logo na procura de bens que não são vistos como essenciais (exceto os seguros obrigatórios por lei). Além disso, as alterações fiscais penalizam a venda de alguns seguros ao limitarem os abatimentos fiscais e as deduções à coleta de IRS para os seguros de acidentes pessoais, seguros de saúde e seguros de vida. Por outro lado há uma grande incerteza no mercado de capitais o que torna ainda mais difícil um bom desempenho das seguradoras apesar da sua resistência ao contágio.

Relativamente ao normativo contabilístico e ao papel do registo e do reporte, pretende-se acima de tudo que as informações divulgadas sejam transparentes e credíveis, permitindo aos restantes agentes económicos e aos mercados em geral avaliarem as empresas e fazerem as suas escolhas

numa base verdadeira. Neste sentido, as seguradoras têm vindo a estudar e adotar medidas que dão um enfoque muito significativo à transparência e à divulgação de informação, não só de origem quantitativa, mas também qualitativa, como a governação das seguradoras, os mecanismos de controlo interno, os sistemas de gestão de risco e a informação prestada aos tomadores de seguros relativamente aos produtos comercializados.

A informação gera confiança e esta é geradora de riqueza.

## REFERÊNCIAS

- Alves, Patrícia Siva (2012) "O homem que enganava 10 seguradoras ao mesmo tempo", Sábado, págs. 64/66, 2012/09/27.
- APS (2011) "Panorama do Mercado Segurador 10|11", Associação Portuguesa de Seguradores.
- APS (2012) "Panorama do Mercado Segurador 11|12", Associação Portuguesa de Seguradores.
- APS notícias (vários), Boletins Trimestrais entre o 31 e o 36, Associação Portuguesa de Seguradores.
- Barroso, Maria Ana (2012) "Perto de 250 mil contratos foram resgatados no ano passado", Diário Económico, em <http://economico.sapo.pt/noticias>, 2012/09/20.
- BCE (2010) "Principais Desenvolvimentos no Sistema Monetário Internacional, Relatório Anual 2010, Banco Central Europeu.
- Brito, Alexandre (2012) "Número de pessoas com seguro de saúde cai pela primeira vez desde 2006", Diário Económico, págs. 34/35, 2012/09/26.
- Diário Económico (2012) "Juros de Portugal, Espanha e Itália estão a subir", Mercados Económico - Diário Económico, em <http://economico.sapo.pt/noticias>, 2012/09/24.
- Diário Económico (2012) "Portugal entre os três países com mais desemprego", OCDE, Económico com Lusa - Diário Económico em <http://economico.sapo.pt/noticias>, 2012/11/13.
- Económico com Lusa (2012) (a) "Novo Fundo de resgate deverá aumentar para dois milhões", Diário Económico, em <http://economico.sapo.pt/noticias>, 2012/09/24.
- Económico com Lusa (2012) (b) "Desemprego sobe e atinge mais de 870 mil portugueses", Diário Económico, em <http://economico.sapo.pt/noticias>, 2012/11/14.
- European Commission (2012) "Proposal for a Directive 2009/138/EC on the taking and pursuit of the business of Insurance and Reinsurance (Solvency II) as regards the dates of its transposition and application and the date of repeal of certain Directives", 2012/05/16.
- Ferreira, Rogério M. Fernandes e Mesquita, João (2011) "Os Tributos Parafiscais na Actividade Seguradora", PLMJ Sociedade de Advogados, em [www.plmj.pt](http://www.plmj.pt), 2011/02/01.
- Gago, Maria João (2012) "Nunca tivemos na Açoreana uma previsão tão negativa para 2013" Entrevista a Diogo da Silveira, Jornal de Negócios, págs. 12/13, 2012/09/24.
- Gomes, Ana Santos (2012) "O preço é que manda?", OJE – o Jornal Económico, em [www.oje.pt/m--seguro/noticias](http://www.oje.pt/m--seguro/noticias), 2012/10/23.
- IMF (2012) World Economic Outlook, International Monetary Fund, October.
- ISP (2006) "8.ª Reunião do Conselho Nacional do Mercado de Valores, Projecto Solvência II", Instituto de Seguros de Portugal, 2006/12/20.
- ISP (2012) "Atribuições e Competências", (Estatutos do ISP), Instituto de Seguros de Portugal.
- Jornal i (2012), "Crise grega rouba 250 milhões de euros ao sector segurador", Jornal i, pág. 9, 2012/02/17.

- Moedas, Carlos (2012) "Crise acelerou o nosso encontro com a realidade", Diário Económico, em <http://economico.sapo.pt/noticias>, 2012/11/13.
- Neves, Carlos Santos (2012) "FMI adverte para impacto de amplo aumento de impostos", RTP Notícias, em [www.rtp.pt/noticias](http://www.rtp.pt/noticias), 2012/10/09.
- OJE (2012) "Caixa Seguros vendida em 2013", Jornal OJE, pág. 12, 2012/11/06.
- Peixoto, João (2008) "Sistema de supervisão do sector financeiro", em <https://woc.ipca.pt>, 2008/11/25.
- Pires, Luís Reis (2012) "FMI aponta para subida da despesa pública em Portugal", Diário Económico, em <http://economico.sapo.pt/noticias>, 2012/10/09.
- Santos, José Gonçalves dos (2007) "Contabilidade de Seguros", 2ª edição, Quid Juris.
- Silva, Tiago Figueiredo (2012) "Sandy provoca queda das seguradoras", DN Economia, em <http://www.dn.pt/economia>, 2012/10/29.
- Simões, Filipe José Trigo (2011) "O risco sistémico na indústria financeira", em [www.isp.pt](http://www.isp.pt), Instituto de Seguros de Portugal.
- Swiss Re (2012) Global insurance review and outlook 2012/2013, Swiss Re.
- Swiss Re (2012) World Insurance in 2011, Swiss Re.
- [www.isp.pt](http://www.isp.pt)
- [www.apseguradores.pt](http://www.apseguradores.pt)

#### **Legislação referida no texto:**

- Código das Sociedades Comerciais.
- Códigos do IRS e IRC.
- Decreto-Lei nº 144/2006, de 31 de Julho.
- Decreto-Lei nº 74/2008, de 16 de Abril.
- Decreto-Lei nº 94-B/98, de 17 de Abril, republicado pelo Decreto-Lei nº 251/2003, de 14 de Outubro e alterações posteriores.
- Lei nº 55-A/2010, de 31 de Dezembro, Orçamento de Estado para 2011.
- Lei nº 64-B/2011, de 30 de Dezembro, Orçamento de Estado para 2012.
- Memorando de entendimento entre o Estado e o BCE, UE e FIM, 2011.
- Plano de Contas para as empresas de Seguros (PCES).
- Sistema Normalização Contabilística (SNC).



## **CURRICULUM VITAE**

### **Desenvolvimento do Currículo**

#### **Experiência profissional**

##### Maio a Outubro de 1990

Estagiária na área técnica na Companhia de Seguros Mundial-Confiança, SA, em Évora, desenvolvendo um trabalho de investigação subordinado ao tema “O Seguro de Colheitas – Análise e Desenvolvimento” (trabalho que integrou o Trabalho de Fim de Curso da licenciatura na Universidade de Évora).

O primeiro contacto com a atividade seguradora foi efetuado neste estágio que teve uma componente de investigação e uma componente profissional; nesta parte profissional tive a oportunidade de conhecer todos os sectores da empresa na sua sede em Lisboa e perceber o funcionamento da empresa, desde a comercialização dos seguros, passando pela formação do seu pessoal, pelo resseguro, até aos sinistros e investimentos. Em Évora escolhi o tema do meu trabalho e contei com o apoio e sabedoria dos profissionais do ramo e simultaneamente com a orientação académica de um docente da Universidade de Évora para a realização do trabalho de investigação que na altura era exigido para conclusão da licenciatura de cinco anos em Economia.

##### Novembro de 1990 a Novembro de 1992

Entrada para o quadro de pessoal da Companhia de Seguros Mundial-Confiança, SA com funções de técnica, tendo exercido funções nas seguintes áreas:

- Gestão e regularização de sinistros do ramo de acidentes de trabalho – a área dos sinistros é muito importante numa seguradora, pois se os seguros não forem bem contratados na hora dos sinistros haverá de algum modo problemas tanto para a seguradora como para os sinistrados. Percebi naquela altura que havia uma grande interação entre as várias áreas das seguradoras e que a regularização correta de um sinistro requer o conhecimento dos riscos cobertos, do que está previsto não só nas condições das apólices mas também na lei. O seguro de acidentes de trabalho é um seguro obrigatório por lei, logo tudo o que lhe diz respeito também está, de alguma maneira, contemplado na lei.
- Gabinete técnico de apoio à direção técnica de Évora – neste gabinete desempenhava funções relacionadas com a recolha e o tratamento de dados sobretudo os que diziam respeito às anulações das apólices; o objetivo era tipificar os motivos que levavam à anulação de apólices para depois atuar no sentido de as evitar através da análise dos resultados e da implementação de medidas, basicamente, comerciais.

✿ Dezembro de 1992 a Outubro de 1997

Em Dezembro de 1992 fui transferida para Lisboa e onde, também como técnica, exerci funções nas seguintes áreas:

- Direção Comercial Vida Grupo – a companhia estava em reestruturação, pois o antigo patrão António Champallimaud estava novamente à frente da empresa. Este trabalho tinha uma vertente técnica e simultaneamente comercial; a parte técnica estava relacionada com a análise dos fatores que iriam influenciar o preço da apólice – o número de pessoas, as idades, as doenças que tinham, a profissão que exerciam, as coberturas que pretendiam, etc e a parte comercial com a apresentação das propostas aos tomadores do seguro;
- Direção Rede Bancária – esta área de negócio estava relacionada com os seguros que eram vendidos aos balcões do banco que fazia parte do grupo, o Banco Pinto & Sotto Mayor; o objetivo era apresentar propostas dos vários ramos aos clientes bancários; foi um continuar do trabalho já efetuado anteriormente mas mais abrangente pois tratava de seguros de vida mas também de multirriscos, acidentes pessoais, automóvel e outros; os clientes eram essencialmente particulares. Estas funções forneceram-me assim competências e conhecimentos mais globais do funcionamento do sistema financeiro, assim como dos diversos e variados produtos financeiros ali transacionados.
- Direção de Mediadores Profissionais e Grandes Empresas – nesta direção da companhia passavam os grandes negócios da companhia não só pelos profissionais da mesma mas também através de mediadores e corretores; aqui tratavam-se negócios com empresas como a EDP ou a Petrogal, empresas da construção civil, de armazenagem e distribuição (como por exemplo a MAKRO); profissionais de outras companhias também detinham estes negócios pois estes seguros eram partilhados entre companhias dado o volume de capitais seguros e os riscos contratados. As negociações destes seguros contavam também com a participação e tinham em consideração as condicionantes impostas pela área do resseguro.

✿ Desde Novembro de 1997

Em Novembro de 1997 fui trabalhar para a Via Directa – Companhia de Seguros, SA, em Lisboa tendo as seguintes funções:

- Técnica de gestão financeira – trabalho na área financeira da empresa desde o primeiro dia da companhia e acompanhei a evolução e o crescimento da empresa, desde a compra de mobiliário até ao encerramento das contas, passando pelas auditorias e pelas mudanças de sede. As funções desempenhadas ao longo destes 15 anos estão inteiramente ligadas à contabilidade e à fiscalidade assim como a todo o

processo de encerramento de contas e acompanhamento de auditores internos e externos; a empresa sofreu alterações, mudou de acionista, as normas contabilísticas foram alteradas e os reportes alteraram-se e toda esta evolução permitiu conhecer melhor este setor de atividade e a sua importância social, económica e financeira numa sociedade. A área financeira da Via Directa engloba também a área de pagamentos e recebimentos assim como a área dos indicadores; na primeira são tratadas as cobranças de prémios que chegam à empresa de diversas maneiras (cobrança nas máquinas ATM, cobrança bancária por vale CTT ou por cheque) assim como os pagamentos aos tomadores de seguros, sinistrados, terceiros, fornecedores e Estado; a área dos indicadores fornece todo o tipo de estatística à empresa e ao exterior. É também função desta área a criação das regras contabilísticas para os vários programas informáticos de suporte à operação (vendas, gestão de sinistros, pagamentos e recebimentos) com o objetivo de acompanhar diariamente os registos contabilísticos que darão origem à produção dos vários relatórios que possibilitarão análises e tomadas de decisões.

Outra das tarefas que também compete à área técnica de gestão financeira é o processamento salarial dos seus colaboradores; hoje em dia o processamento é executado por uma empresa do grupo e entra na Via Directa através de um *interface* contabilístico que carece de validação por parte da financeira. Esta tarefa pressupõe o conhecimento da legislação laboral e fiscal adjacente.

- Coordenadora funcional na área financeira da Direção Financeira e Qualidade – desde Julho de 2011 que sou coordenadora funcional da área financeira e por isso coordeno uma equipa de quatro pessoas distribuídas pelas seguintes áreas: contabilidade, cobranças e tesouraria e indicadores. Isto significa que para além dos aspetos técnicos tenho também a meu cargo aspetos humanos e de expectativas pessoais, como as avaliações de desempenho, as formações, as marcações de férias, as promoções, etc; nesta função há que conseguir gerir o individual e a equipa, pois cada um tem as suas próprias ambições e a empresa tem os seus próprios objetivos.

## Educação e formação

- ✿ 1985 / 1992 – Licenciatura em Economia pela Universidade de Évora, com a classificação final de 13 (treze) valores.

- ✿ 1993 / 1994 - Curso de “Vida e Fundos de Pensões”, no Centro de Formação de Seguros (CEFOS).

Neste período trabalhava no ramo vida e esta formação contribuiu para aprofundamento dos conceitos técnicos deste ramo.

- ✿ 1998 / Fevereiro – Curso de “Fiscalidade de Seguros” promovido pela Actuarial Consultadoria e Formação, com a duração de 18 horas.

Foi a primeira formação em fiscalidade de seguros e permitiu familiarizar-me com os termos e a legislação fiscal em vigor e também com as especificidades da atividade seguradora em termos fiscais, nomeadamente as deduções em sede de IRS para os tomadores de seguros dos vários ramos.

- ✿ 1998 / Março – Cursos de Formação de SAP/R3 ministrados pela SAP Espanha e Portugal:

- Introdução à Contabilidade Exterior e Controlling de Despesas Gerais;
- Controlling de Custos e Lucros;
- Configuração e Organização da Contabilidade Financeira.

Estas formações foram dadas no âmbito da alteração da versão do programa informático de apoio à contabilidade; a empresa utiliza o SAP como programa de contabilidade e este programa é muito importante pois recebe os interfaces dos programas de produção e de sinistros e é também aqui que descarregam os interfaces de custos com pessoal e investimentos para além de todos os lançamentos manuais que aqui se fazem. É também do SAP que saem relatórios como: balancetes, balanço, conta de ganhos e perdas e outros que se queiram desenhar a pedido.

- ✿ 1999 / 18 a 21 Maio – Curso de “Contabilidade de Seguros” promovido pela Associação Portuguesa de Seguros, com a duração de 24 horas.

Esta formação em contabilidade de seguros possibilitou o conhecimento de todas as operações contabilísticas que ocorrem numa seguradora e os seus diferentes intervenientes; desde as operações comuns às outras empresas como os custos com o pessoal ou os fornecimentos de terceiros até às operações específicas dos seguros como os prémios, os sinistros, as provisões técnicas, os investimentos e a afetação de custos às funções e aos ramos.

- ✿ 2001 / 12 Março a 30 Abril – Curso de “Fiscalidade” ministrado pela APS, com a duração de 30 horas.

O objetivo era proporcionar aos participantes os conhecimentos sobre o sistema fiscal português da altura, analisar em pormenor o reflexo dos impostos na atividade seguradora, incluindo as alterações introduzidas pela reforma fiscal. Os temas tratados foram: finanças públicas, despesas e receitas públicas, direito financeiro e impostos.
- ✿ 2002 / Dezembro – Curso de “Fiscalidade” promovido pela Sociedade Geral de Consultadoria Empresarial, Lda, com a duração de 21 horas.

Estas formações na área da fiscalidade umas vezes mais gerais, outras mais específicas fazem sempre sentido dado que a política fiscal e orçamental está em constante mudança. Nesta formação debateram-se temas como a tributação do rendimento (IRS, IRC), os impostos sobre o património, o imposto de selo e os principais diplomas legislativos publicados em 2001.
- ✿ 2004 / Setembro – Curso de Formação Profissional “Normas Internacionais de Contabilidade” com a duração de 7 horas, promovido pela Global Estratégias Consultadoria Formação e *e-Learning*.

Breve abordagem sobre as novas normas internacionais de contabilidade a saber: a reforma da contabilidade, procedimentos de adaptação às IAS/IFRS, as grandes alterações nas demonstrações financeiras das empresas e uma breve análise à IFRS 1 – A adaptação das IFRS.
- ✿ 2005 / 17 a 21 Janeiro – Formação em “Fiscalidade na Atividade Seguradora” num total de 10,5 horas, promovido pela APS.

Formação sobre Imposto sobre valor acrescentado (IVA), Imposto de Selo, Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (IRS) nos seguros, nos PPR e nos Fundos de Pensões, Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) nos Produtos de Seguros e Apuramento de resultados fiscais das empresas de seguros.
- ✿ 2005 / 17 de Outubro – Curso de Introdução ao Risco Operacional realizado em formato *e-Learning* e coordenado pela @-conseg em parceria com a Direção de Risco Operacional da Companhia de Seguros Fidelidade Mundial, SA.

Esta formação tinha como objetivo dar a conhecer a plataforma criada pelo Grupo CGD para registo dos riscos operacionais e sua monitorização.

- ✿ 2007 / 14 e 15 Fevereiro – Formação em “Microsoft Excel 2003 – Utilização Avançada” ministrado pela Galileu.

Permite o aperfeiçoamento nas ferramentas de Office, nomeadamente do Excel no sentido de otimização de utilização dos programas.

- ✿ 2007 / 24 a 28 Setembro – Formação em “Novo Plano de contas para as Empresas de Seguros” promovido pela KPMG.

Formação sobre as alterações no plano de contas das empresas seguradoras com a entrada em vigor das Normas Internacionais de Contabilidade e quais os impactos destas normas num setor já de si com tantas especificidades.

- ✿ 2011 / Fevereiro – Curso de formação “Praxis”, ministrado pela Via Directa – Companhia de Seguros, SA, com a duração de 7 horas.

Tratou-se de uma formação cujo objetivo foi a familiarização com um novo *software* desenvolvido para a Via Directa para acompanhar toda a operação comercial nomeadamente a venda pela internet. A formação teve um módulo teórico e um módulo prático, relacionado com as funcionalidades da aplicação e com a simulação e formalização de apólices, respetivamente.

- ✿ 2012 / Maio – Curso de formação “Praxis – Gestão de Processos” ministrado pela Via Directa – Companhia de Seguros, SA, com a duração de 3 horas.

A aplicação “Praxis” estende-se a outras áreas uma vez que na Via Directa os contactos com os clientes surgem por telefone ou internet e depois passam para as áreas de *backoffice* por *workflows* informáticos. Todas as interações entre o departamento financeiro e os clientes são efetuados pela plataforma Praxis, por isso existe um processo próprio para a Financeira comunicar com a área de clientes.

- ✿ 2012 / Abril – Curso de formação “Multiriscos Habitação” promovida pela Via Directa – Companhia de Seguros, SA, com a duração de 20 horas.

O ano de 2012 foi o ano da exploração de novos ramos por parte da Via Directa que até aqui era especialista apenas na venda de seguros automóvel por telefone e internet. Esta formação deu a conhecer por um lado o ramo multiriscos habitação (conceitos base, legislação e garantias e coberturas das apólices) e por outro as especificidades do produto Via Directa – o OK! Casa. A formação contou ainda com a simulação e formalização de apólices em “Praxis”, com a consulta e tratamento de operações geradas no *workflow* e ainda com as simulações telefónicas.

Este tipo de formação permite conhecer toda a operação desde o contacto telefónico que origina a apólice até operações de alteração, cobranças, sinistros ou simplesmente informações solicitadas pelos clientes.

- ✿ 2012 / Junho – Curso de formação “Acidentes Pessoais”, ministrado pela Via Directa – Companhia de Seguros, SA, com a Duração de 4 horas.

À semelhança do curso de “Multiriscos Habitação”, a Via Directa lançou em 2012 a venda do seguro de acidentes pessoais e viagem por telefone e internet. Esta formação teve como objetivo dar a conhecer o ramo acidentes pessoais (conceitos base, legislação, garantias e exclusões) e os novos produtos comercializados: OK! Acidentes Pessoais, OK! Viagem e OK! Desporto.

## Outras informações

- ✿ Formadora da disciplina de "Gestão e Marketing" no Curso Técnico de Seguros (INETESE, Évora), no ano letivo de 1991/1992, tendo lecionado um total de 100 (cem) horas.

O curso do INETESE dava equivalência ao 12º ano de escolaridade, contava com uma formação específica em seguros e com um estágio numa seguradora. A disciplina de "Gestão e Marketing" transmitia competências no âmbito da gestão das empresas ao dar a conhecer aspetos organizativos, operacionais e financeiros das empresas e os vários instrumentos e ferramentas de trabalho e permitia conhecer técnicas de gestão comercial, conceitos e estratégias de marketing a seguir, no sentido da gestão de produtos, serviços e/ou clientes.

O facto de ter sido formadora desta disciplina e deste curso permitiu, não só aplicar os conhecimentos adquiridos no curso de Economia mas também passar alguma da experiência que tinha por trabalhar numa seguradora.

- ✿ Mediadora de Seguros Não Vida.
- ✿ Participação no Centro Especial de Instrução em Mafra no dia 27 de Janeiro de 2007 no *Teambuilding* promovida pela Via Directa que foi um dia dedicado ao exercício físico e ao companheirismo.
- ✿ Representante da Via Directa na Comissão Técnica de Estatísticas da APS, para o triénio 2012/2015.

De acordo com previsto no nº2 do artº. 3º do Código de Estatísticas da APS, "as Associadas devem nomear um interlocutor para a área das estatísticas da APS, que funcionará como pivot no relacionamento genérico da Associação com cada Associada e será responsável por assegurar a correta participação da seguradora nas iniciativas estatísticas da APS". Este interlocutor deve coincidir com o membro da Comissão Técnica de Estatísticas e tem a responsabilidade de administrar o novo portal de estatísticas da APS – o Segurdata – concedendo a capacidade de utilização do portal a outros utilizadores da sua empresa. O portal Segurdata é a forma preferencial de interação entre a APS e as associadas no que respeita à recolha e divulgação da informação estatística produzida pela APS.

Para além dos aspetos já mencionadas a Comissão Técnica de Estatísticas da APS tem como objetivo promover novas formas de recolha de informação dos vários ramos, de forma a obter o maior número de aderência à realidade nos números divulgados.



## **ANEXOS**